

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

**DENISE LIMA CORREA**

**ÁREA JURÍDICA: CARACTERÍSTICAS DA BUSCA, SELEÇÃO E  
RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÕES REALIZADA POR ALUNOS DA  
FACULDADE DE DIREITO DA UFRGS.**

**Porto Alegre**

**2004**

**DENISE LIMA CORREA**

**ÁREA JURÍDICA: CARACTERÍSTICAS DA BUSCA,  
SELEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÕES REALIZADA POR ALUNOS  
DA FACULDADE DE DIREITO DA UFRGS.**

Trabalho de conclusão de curso, requisito parcial para aprovação da disciplina BIBO3037 - TCC do Curso de Biblioteconomia, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientadora: Ana Maria Mielniczuk de Moura

**Porto Alegre**

**2004**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Reitora: Dra. Wrana Maria Panizzi  
Vice-Reitor: Prof. Dr. José Carlos Ferraz Henemann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
Diretora: Profa. Dra. Márcia B. Machado  
Vice-Diretor: Prof. Ricardo S. da Silva

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
Chefe: Prof. Dr. Valdir José Morigi  
Chefe-Substituta: Profa. Itália Maria Falceta da Silveira

CDU 025.4.03:34

C824 Correa, Denise Lima

Área jurídica: características do processo de busca, seleção e recuperação de informações por alunos da Faculdade de Direito da UFRGS / Denise Lima Correa; orientação de Ana Maria Mielniczuk de Moura. – Porto Alegre, 2004.

99 fl.: il.

1. Fontes de Informação Jurídica 2. Alunos de Direito da UFRGS. 3. Comportamento de busca e seleção de informações 4. Área Jurídica. I. Título. II. Moura, Ana Maria Mielniczuk de.

Departamento de Ciências da Informação  
Rua: Ramiro Barcelos, 2705  
CEP: 90035-007  
Tel: (51) 3316-5146  
Fax: (51) 3316-5435  
E-mail: fabico@ufrgs.br

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a memória de meu amado pai HYGINO RUSSI LIMA, aquele que me deu grandes lições de vida e ensinamentos e foi amigo presente em todas as horas.

Saudades!

## **AGRADECIMENTOS**

Quero expressar minha sincera gratidão àqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho. Em especial:

À professora ANA MARIA MOURA pela valiosa orientação, fundamental para a elaboração e conclusão deste trabalho;

À bibliotecária NAILA e a professora JUNE que tão gentilmente concordaram em participar da banca;

Àqueles que se dispuseram a responder a entrevista da pesquisa;

Às amigas CARLA TORRES FLORES e CAROLINA KAUTZMANN que me acompanharam e auxiliaram em mais esta jornada;

À minha mãe e irmãos pelo apoio;

Aos meus filhos MATHEUS e MICHELLE, pelos momentos em que suportaram a privação de minha companhia;

À meu esposo LAERTE, pelo carinho, incentivo e amor que me são dedicados diariamente.

O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis.

Fernando Pessoa

## RESUMO

O estudo investiga o processo de busca e seleção de informações realizado pelos discentes do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Aborda as características deste processo enfocando o uso de fontes impressas e/ou eletrônicas, frequência de uso, relevância e confiança destas fontes e a utilização de critérios de avaliação para seleção de informações com qualidade. A metodologia utilizada seguiu uma abordagem quali-quantitativa, onde os dados obtidos por meio de entrevista junto a 13 alunos que se encontravam na Biblioteca da Faculdade e restaurante anexo, foram tabulados e analisados para melhor compreensão das características deste grupo em particular. Os resultados evidenciam que os sujeitos desenvolvem suas próprias buscas por informações e que embora grande parte deles faça uso de todas as fontes disponíveis, apresentam preferência pela informação impressa, principalmente os documentos disponibilizados pela Biblioteca. Constata que a atualização das informações é prioridade para os alunos, sendo um dos critérios mais utilizados para a seleção de informações.

**Palavras-chave:** Comportamento de busca e seleção de informações. Fontes de Informação jurídica. Alunos da Faculdade de Direito da UFRGS.

## ABSTRACT

This work investigates the process of searching and selecting information done by Law students of Federal University of Rio Grande do Sul. It approaches the characteristics of this process focusing on the use of printed/electronic information sources, frequency of use, relevance and reliability of those sources and the use of evaluation criteria to select good quality information. The research followed both qualitative and quantitative approaches, in which the data was collected through interviews with 13 Law students who were in the library and restaurant. The information collected was tabulated and analyzed to improve the understanding of the characteristics of that group. The results show that the students themselves perform their information searches and, although most of them use all sources available, preference is given to printed documents, especially those available through the library. It ascertains that the updating of information is priority to students, being one of the most used criteria to select information.

**Keywords:** Information search behavior and selection. Law Information sources. UFRGS Law students.

## LISTA DE FIGURAS

Quadro 1 – Fontes de Direito.....	27
Quadro 2 – Serviços Disponibilizados Pela Internet.....	33
Quadro 3 – Diferenças Entre Ferramentas de Busca.....	36
Quadro 4 – Critérios de Avaliação de Informações Eletrônicas.....	54
Gráfico 1 – Domínio da Leitura em Língua Estrangeira.....	56
Gráfico 2 – Finalidades das Buscas por Informações.....	57
Gráfico 3 – Frequência de Uso da Biblioteca da Faculdade de Direito da UFRGS.....	61
Gráfico 4 – Importância dos Serviços Prestados Pela Biblioteca.....	62
Gráfico 5 – Importância dos Serviços em Bibliotecas Jurídicas.....	63
Gráfico 6 – Satisfação Quanto às Fontes Impressas.....	64
Gráfico 7 – Serviços Mais Importantes na Internet Para Atender a Pesquisa Jurídica.....	65
Gráfico 8 – Satisfação Quanto às Fontes Eletrônicas.....	66
Quadro 5 – Frequência de Uso das Fontes de Direito.....	68
Gráfico 9 – Relevância das Fontes Impressas .....	69
Quadro 6 – Relevância das Fontes Eletrônicas.....	69
Quadro 7 – Confiança nas Fontes de Direito.....	70
Quadro 8 – Frequência de Uso dos Jornais Oficiais.....	70
Gráfico 10 – Relevância dos Jornais Oficiais Para a Pesquisa Jurídica....	71
Quadro 9 – Frequência de Uso das Fontes Pessoais.....	72
Gráfico 11 – Confiança nas Informações por <i>e-mail</i> .....	74
Gráfico 12 – Importância das Informações Disponibilizadas em Eventos.	75
Gráfico 13 – Relevância das Fontes Pessoais de Informação.....	76

Quadro 10 – Frequência de Uso das Bases de Dados Eletrônicas.....	77
Gráfico 14 – Confiança nas Bases de Dados Eletrônicas.....	78
Gráfico 15 – Confiança nas Informações em CD-ROM.....	79
Gráfico 16 – Confiança nas Informações de Trabalhos Acadêmicos.....	80
Quadro 11 – Uso de Critérios de Avaliação para Seleção de Informações.....	81

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1 A Questão da Pesquisa.....</b>	<b>13</b>
<b>1.2 Objetivos.....</b>	<b>14</b>
1.2.1 Objetivo Geral.....	14
1.2.2 Objetivos Específicos.....	15
<b>1.3 Contribuições Potenciais do estudo.....</b>	<b>15</b>
<b>1.4 Estrutura.....</b>	<b>16</b>
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1 Tipo de Estudo.....</b>	<b>17</b>
<b>2.2 O Instrumento de Coleta de Dados.....</b>	<b>19</b>
<b>2.3 O Processo de Pré-teste dos Formulários.....</b>	<b>20</b>
<b>2.4 Sujeitos do Estudo.....</b>	<b>22</b>
<b>3 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>24</b>
<b>3.1 Documentação e Informação Jurídica.....</b>	<b>24</b>
<b>3.2 Busca e Recuperação de Informações Jurídicas.....</b>	<b>29</b>
3.2.1 A Internet Como Fonte de Recuperação de Informação Jurídica Eletrônica.....	31
3.2.2 Bibliotecas Como Fonte de Recuperação de Informação Jurídica Impressa.....	42
<b>3.3 A Seleção de Informações.....</b>	<b>48</b>
3.3.1 Critérios de Avaliação de Documentos Impressos.....	49

3.3.2 Critérios de Avaliação de Documentos Eletrônicos.....	51
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS .....</b>	<b>55</b>
<b>4.1 Características Gerais dos Entrevistados.....</b>	<b>56</b>
<b>4.2 Características Gerais das Buscas por Informações.....</b>	<b>57</b>
4.2.1 A Bibliotecas e as Informações Impressas.....	60
4.2.2 A Internet e as Informações Eletrônicas.....	64
<b>4.3 Frequência de Uso, Relevância e Confiabilidade das Fontes.....</b>	<b>67</b>
4.3.1 Fontes de Direito.....	67
4.3.2 Jornais Oficiais.....	70
4.3.3 Fontes Pessoais.....	72
4.3.4 Bases de Dados Eletrônicas.....	77
4.3.5 Trabalhos Acadêmicos.....	79
<b>4.4 Critérios de Avaliação para Seleção de Documentos Informativos.....</b>	<b>81</b>
<b>5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES.....</b>	<b>85</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>90</b>
<b>APÊNDICE – Formulário de coleta de dados.....</b>	<b>95</b>

## **1 INTRODUÇÃO**

Presencia-se nos últimos anos profundas transformações tecnológicas, graças às quais, é possível se ter acesso imediato à informação em diversas áreas do conhecimento. Informação que é recurso indispensável nos diversos setores da sociedade, principalmente na educação.

Na universidade, a finalidade do ensino é de qualificar seus alunos para o mercado profissional, o que se dá através da constante atualização e aperfeiçoamento dos indivíduos. Para atingir este propósito, é fundamental o uso de informações pertinentes e atualizadas.

Com o aumento contínuo de artigos publicados, resultado da rapidez na geração e disseminação de informações, aumenta a dificuldade do usuário em se manter atualizado sobre sua área e reconhecer o que lhe é pertinente, pois é grande a quantidade de documentos de um determinado assunto que o tratam de maneira genérica ou superficial, podendo não atender as necessidades informacionais do usuário que as buscou.

Esta dificuldade é ainda mais acentuada pela falta de conhecimento das fontes da área e também pelo desconhecimento ou incorreta utilização das ferramentas de busca e recuperação das informações.

A fim de conhecer a maneira com que os usuários realizam o processo de recuperação de informações pertinentes em sua área de atuação, optou-se por direcionar este trabalho para uma área específica do conhecimento.

A escolha de dirigir o estudo para o Direito deu-se em virtude do grande volume de informações desta área e a necessidade de estarem sempre atualizadas para atender as necessidades de seus usuários, além de sua importância em nossas vidas, presente desde antes do nascimento (Direitos do nascituro) até depois de nossa morte (Direito de herança).

### **1.1 A Questão da Pesquisa**

O estudo das características de busca, recuperação e seleção de informações na área jurídica é justificado por haverem poucos estudos que demonstrem os resultados deste processo.

A literatura jurídica é escassa quanto ao uso de fontes impressas ou informações manuais, mas é vasta ao abordar a importância da Internet na recuperação de informações nesta área, em como se procede tais buscas, quais ferramentas recuperam os resultados e até mesmo sobre como deve-se avaliar o conteúdo de tais documentos.

O conteúdo de dados varia desde base de dados doutrinária, jurisprudenciais e legislativas, até calendário de eventos, discussões sobre assuntos de interesse dos advogados, sistemas de cálculo de dosimetria penal on-line, tabelas de atualização de valores monetários ou mesmo uma lista de advogados, juizes, estagiários que já estão ligados na rede. (ATHENIENSE, 1996, p.5).

Torna-se então importante conhecer de modo contextualizado quais são as características do comportamento de busca, uso e avaliação de informações de usuários da área jurídica ao necessitarem de informações em sua área.

A decisão de dirigir este estudo para os discentes do curso de Direito deu-se devido à importância do uso constante e crítico da informação jurídica por estes usuários, sendo esta, determinante no desempenho acadêmico e formação profissional destes.

Desta forma, ao buscar identificar estas características, o foco de investigação foi direcionado para a seguinte questão: "Como os alunos do curso de Direito da UFRGS obtêm informações pertinentes em sua área?"

## **1.2 Objetivos**

Com a finalidade de delimitar-se o campo de estudo, foram traçados objetivos para nortear a elaboração desta pesquisa.

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Verificar o método de busca, recuperação e seleção de informações realizado pelos alunos do curso de Direito da UFRGS.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Para fins deste trabalho, busca-se:

- a) identificar quais fontes de informação são utilizadas na busca de informações;
- b) identificar o uso da Internet como fonte de informação;
- c) detectar as barreiras (dificuldades), facilidades e características comuns aos usuários em relação à busca de informações;
- d) identificar os critérios de avaliação para seleção de informações;
- e) verificar a satisfação dos entrevistados quanto aos produtos e serviços oferecidos pela Biblioteca da Faculdade;
- f) verificar a necessidade de uma disciplina introdutória sobre métodos de obtenção de informações relevantes na área jurídica.

### 1.3 Contribuições Potenciais do Estudo

Espera-se que estes resultados possam nortear novos estudos e que a partir dos resultados a serem apresentados, organizações da área jurídica, em particular as de ensino universitário, possam encontrar subsídios para a elaboração de estratégias do processo de busca, recuperação e seleção de informações pertinentes ao Direito.

## **1.4 Estrutura**

Este trabalho dividiu-se em cinco partes, a saber: após a presente, de caráter introdutório, passa-se a metodologia utilizada no estudo e logo em seguida, ao referencial teórico, o qual serve de embasamento para o estudo aqui proposto.

A quarta parte aborda a análise dos dados coletados na entrevista com os alunos do curso de Direito da UFRGS e a última, relaciona as conclusões do trabalho e sugestões que se julgue necessárias. Alguns tópicos poderão ser subdivididos para melhor compreensão do exposto.

## **2 METODOLOGIA**

Este capítulo visa esclarecer ao leitor a maneira como procedeu-se à obtenção dos dados que levaram aos resultados apresentados neste trabalho.

### **2.1 Tipo de Estudo**

A abordagem, ou método, significa a escolha de procedimentos para se obter a explicação dos fenômenos estudados. Conforme Dalla Zen (1999), podem ser abordagem quantitativa, que procura medir uma ou mais variáveis, ou ainda, qualitativa, que busca a profundidade e o significado dos dados coletados.

O estudo de um tema ainda pouco explorado exige do pesquisador uma abordagem que proporcione visão geral do fato, o que acontece através da revisão da literatura, discussão com especialistas e entrevistas, entre outros. Esta abordagem é caracterizada como pesquisa exploratória. (Gil, 1999).

Pesquisas desta natureza priorizam esclarecer o tema e não apenas contagem de usos e procedimentos e permitem uma visão mais íntegra, ampla e ao mesmo tempo particular, permitindo conhecer detalhes importantes no levantamento de dados.

Dalla Zen (1999) define que a pesquisa qualitativa tem características básicas que a diferem da quantitativa. São elas:

- a) tem o ambiente natural como sua fonte e o pesquisador como principal instrumento;
- b) os dados são predominantemente descritivos;
- c) a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto;
- d) o significado que as pessoas dão as coisas são focos de atenção para o pesquisador;
- e) a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.

Os dados não são acontecimentos fixos que, uma vez captados, não mudam jamais. Eles se dão em um contexto fluente de relações e se manifestam de forma complexa, ora ocultando, ora revelando. É necessário ultrapassar sua aparência para se chegar a sua essência. Daí, o processo assume uma importância vital para a pesquisa qualitativa. (LÜCK, 1995, p.11).

A pesquisa exploratória, no objetivo de aumentar a familiaridade do pesquisador com o fato estudado, embora seja de cunho qualitativo, por vezes apresenta descrições de quantidades, exigindo que o investigador inter-relacione as variáveis observadas. Desta forma, utiliza-se a estatística descritiva para o tratamento deste dados que exigiram uma quantificação, o que direciona este trabalho para uma abordagem quali-quantitativa

Para a coleta de dados desta natureza várias técnicas podem ser empregadas: entrevista, análise de conteúdo, observação participante, etc., onde o estudo pode ocorrer com um pequeno número de participantes uma vez que o resultado será analisado em profundidade. Para fins desta pesquisa optou-se por utilizar a técnica da entrevista pois considerou-se que a mesma atendia aos objetivos propostos por este trabalho.

## 2.2 O Instrumento de Coleta de Dados

Com base na literatura optou-se por elaborar um formulário que serviu de suporte para a entrevista estruturada. O objetivo do formulário é nortear as questões da pesquisa de forma que o pesquisador não formule perguntas diferentes aos sujeitos, o que tornaria inviável a análise e interpretação dos dados obtidos.

Gil (1999, p.117) considera entrevista como:

[...]a técnica em que o investigador se apresenta frente ao entrevistado e lhe formula perguntas com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

A elaboração de um formulário em três blocos distintos deu-se pela necessidade de coletar o maior número de informações possíveis, até porque espera-se que este trabalho possa embasar outros que sigam esta linha.

Quanto à organização, o formulário é apresentado na seguinte ordem:

- a) BLOCO 1 – CARACTERÍSTICAS GERAIS DO COMPORTAMENTO DE BUSCA - destinado a coletar informações referentes ao processo de busca de informações na área pesquisada: motivos, dificuldades, satisfações, etc;
- b) BLOCO 2 – FREQUÊNCIA DE USO, RELEVÂNCIA E CONFIABILIDADE DAS FONTES - destinado a coletar informações individuais de cada fonte utilizada, visando descobrir as mais procuradas e qual o suporte em que estas se encontram;
- c) BLOCO 3 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO - destinado a coletar dados referentes aos critérios que os entrevistados utilizam para selecionar as informações que recuperam.

O apêndice apresenta o modelo do formulário utilizado para a análise dos dados.

### **2.3 O Processo de Pré-teste dos Formulários**

De acordo com a literatura, os instrumentos de coleta de dados devem passar por testes preliminares que indiquem sua validade antes de serem efetivamente aplicados.

Este procedimento visa avaliar se as perguntas são relevantes, se são mal formuladas, se a linguagem utilizada é clara, etc., permitindo assim, suprimir possíveis erros do formulário definitivo, os quais poderiam comprometer o resultado da pesquisa.

[...] diz-se que a principal função da pesquisa-piloto é testar o instrumento de coleta de dados. Durante a fase de aplicação do pré-teste, o pesquisador anotarás as reações do entrevistado, grau de dificuldade de entendimento, embaraço quanto a algumas questões. O pré-teste serve ainda como verificação de perguntas desnecessárias, supérfluas, [ou] adequadas. (MEDEIROS, 1999, p.201).

Segundo Gil (1991), o pré-teste visa garantir que o instrumento de coleta de dados meça exatamente aquilo que pretende medir e para tanto, o ideal é que os indivíduos selecionados respondam o formulário de próprio punho e só então sejam entrevistados. O autor considera como aspectos mais importantes:

- a) clareza e precisão dos termos - referente a compreensão do entrevistado sobre as questões expostas;
- b) quantidade de perguntas - busca avaliar se as questões não se estendem demais causando cansaço e impaciência ao entrevistado;

- c) forma das perguntas - observar a melhor maneira de formular a pergunta visando respostas pertinentes a pesquisa;
- d) ordem das perguntas - verificar a validade da pergunta na ordem que segue;
- e) introdução - objetiva, através das reações do entrevistador, selecionar-se a melhor forma de abordagem aos prováveis entrevistados.

De posse de todos estes esclarecimentos e da revisão da literatura (cap. 3), elaborou-se a primeira versão do formulário o qual, após passar pela avaliação da orientadora sofreu outras mudanças importantes na sua estrutura, visando assim, atingir os objetivos desejados por esta pesquisa.

No empenho de aprimorar cada vez mais o formulário, optou-se por fazer o pré-teste com a bibliotecária e um aluno presente na Biblioteca da Faculdade de Direito ora citada e também com um advogado com mais de dois anos de experiência na área.

Os resultados obtidos são transcritos a seguir:

- a) a bibliotecária Naila Touguinha, responsável pela biblioteca da Faculdade de Direito da UFRGS, avaliou o formulário de coleta de dados e achou o conteúdo pertinente para a pesquisa, sugerindo apenas que a entrevista se desse em dois momentos: pela manhã, quando os estudantes são em sua grande maioria jovens e pela noite, quando as turmas são compostas de pessoas mais maduras;
- b) o estudante (formando neste semestre de 2003/02) sugeriu apenas incluir *sites* especializados nas fontes do bloco 2, mas como a questão já era apresentada na pergunta sobre serviços da Internet, chegou-se a conclusão de que não havia realmente necessidade de duplicá-la;

c) o advogado gostou das questões e sugeriu que a entrevista não acontecesse apenas na biblioteca pois poderia comprometer o resultado da pesquisa, uma vez que os alunos entrevistados neste recinto por certo que utilizavam-no. Desta maneira buscou-se também entrevistar alunos que não se encontravam fisicamente nas dependências da biblioteca no momento da entrevista, selecionando-se o restaurante para tal.

## **2.4 Sujeitos do Estudo**

Os sujeitos desta pesquisa foram os alunos da Faculdade de Direito da UFRGS que estavam utilizando a biblioteca e o restaurante do prédio nos dias da coleta de dados, indiferente de semestre ou curso em que se encontravam e que estivessem dispostos a colaborar com a entrevista.

Segundo Lakatos e Marconi (1999), este tipo de seleção constitui-se em amostragem por acessibilidade ou por conveniência, ou seja, o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam representar o universo.

A decisão de direcionar a coleta de dados para a biblioteca baseou-se na intenção de observar os entrevistados em seu local de busca de informações e do restaurante, por ser local de fácil acesso e manter um clima de descontração, o que facilitaria a abordagem para a entrevista.

Uma primeira visita aos locais selecionados, onde foram entrevistados 8 alunos, já evidenciou as tendências de busca, recuperação e seleção de

informações destes discentes da área jurídica, mas para garantir um resultado mais fidedigno, optou-se por ampliar a amostra coletando dados no outro turno, conforme sugestão apresentada no pré-teste.

Ao total, entrevistou-se 13 alunos nos turnos manhã e noite, e as respostas destas entrevistas serão transcritas na análise dos dados (cap. 4).

### **3 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA**

O objetivo deste capítulo é apresentar a base teórica necessária para o desenvolvimento do estudo.

#### **3.1 Documentação e Informação Jurídica**

Por documentação jurídica entende-se o conjunto de documentos que refletem direta ou indiretamente questões relacionadas ao Direito e reguladas por lei e para tanto, resultem informações significativas para os usuários desta área (advogados, escrivães, empresas, governo, instituições, professores, estudantes) e do interesse da sociedade em geral. (Barité, 1999).

Segundo Alonso (1998), esses documentos reúnem-se sobre as várias modalidades que compõem a área jurídica, sejam doutrina, legislação, jurisprudência ou outros insumos quaisquer gerados pela ação do Direito.

O mesmo artigo informa ainda quais são os instrumentos de produção desta documentação. A saber:

- a) produção jurídica emanada dos poderes e autoridades competentes;
  - atos emanados dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário,

- atos emanados das empresas públicas ou privadas,
  - textos doutrinários envolvendo conceitos, teses, opiniões, pareceres, informes, etc. publicados em livros, periódicos, folhetos, separatas e outros tipos de materiais de divulgação dos modelos doutrinários e dogmáticos.
- b) produção jurídica impressa em órgãos oficiais ou não;
- publicações impressas da área jurídica envolvendo: livros, periódicos, coletâneas de textos de disposições legais e jurisprudenciais, repertórios, índices, ementários, dicionários, bibliografias, vocabulários jurídicos, súmulas de jurisprudência, códigos, diários oficiais, catálogos.
- c) produção jurídica armazenada e divulgada na mídia magnética e ótica;
- bancos de dados em CDs-ROM, bancos de dados via Internet.
- d) produção jurídica armazenada e divulgada por instituição de informação jurídica;
- serviços de consultoria referencial, públicos e privados,
  - bibliotecas e centros de documentação e informação da área jurídica e instituições similares.

Esta documentação é quem origina a informação jurídica, como podemos conferir na fala de Alonso (1998, p.9):

Informação jurídica, sob o aspecto de documentação organizada, é o produto da análise dos dados existentes em toda e qualquer forma de conhecimentos obtidos na área jurídica, devidamente registrados, classificados, organizados, relacionados e interpretados dentro de um contexto para transmitir conhecimento e permitir a tomada de decisões de forma otimizada. A disponibilização desses dados, devidamente trabalhados, é feita através de meios manuais/mecânicos/magnéticos aos interessados.

A informação jurídica se expressa em documentos, e estes podem ser classificados de diversas maneiras:

a) segundo o suporte;

- documentos convencionais: em suporte papel / impresso,
- documentos não convencionais: documentos audiovisuais, virtuais ou eletrônicos.

b) segundo sua natureza documental;

- documentos primários: são aqueles produzidos diretamente por um autor. Incluem-se os livros, periódicos, anais de eventos, teses, dissertações, patentes, leis, etc.,
- documentos secundários: são aqueles que organizam informações de documentos primários. Incluem-se bibliografias, manuais técnicos, catálogos de teses e produção científica, compilações de abstracts de obras jurídicas, etc.,
- documentos terciários: são os que orientam o usuário para a utilização de documentos secundários e primários. Incluem-se os catálogos de editoras, calendários de eventos, CDs-ROM que informam sobre acervos de bibliotecas, bases de documentos eletrônicos com referencial jurídico, etc.

c) segundo sua fonte de procedência;

- caracterizadas por documentos específicos, propósitos definidos e usuários determinados, as Fontes do Direito são elementos que formulam e esclarecem as regras jurídicas vigentes.

MATERIAIS	HISTÓRICAS	FORMAIS	
Fatos Sociais	Documentos jurídicos do passado	DE PRODUÇÃO	DE CONHECIMENTO
		Estado	Lei
			Costumes
			Doutrina
			Jurisprudência

Quadro 1 -Fontes do Direito

As Fontes Materiais caracterizam-se pelos valores sociais que servem de base para a formação das normas jurídicas, como por exemplo, a quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, que acarretou uma depressão econômica profunda, com efeitos jurídicos sensíveis.

As Fontes Históricas caracterizam-se pelos documentos jurídicos do passado, os quais, através de sua sabedoria, continuam a influir nas legislações do presente. Temos como exemplo a Lei das Doze Tábuas (Roma), o Código de Hamurabi (Babilônia) e a Compilação de Justiniano.

As Fontes Formais caracterizam-se pela maneira por que o Direito se exterioriza e se objetiva. Dividem-se em Fontes Formais de Produção, representadas pelo Estado, que é quem produz as leis e Fontes Formais de Conhecimento, que como diz o nome, gera conhecimentos, cognição.

Segundo Diniz (2003), esta última subdivide-se em outras quatro fontes consideradas as artérias por onde correm e se manifestam as fontes materiais. São elas:

- a) lei: é a norma geral e abstrata emanada dos poderes federais, estaduais ou municipais e de força obrigatória. A lei torna-se conhecida e vigente com sua publicação através de órgão oficial, ou, não existindo este, em jornal local ou ainda afixação do texto de lei em

local determinado. Com a publicação a lei torna-se obrigatória para todos;

- b) costume: nas sociedades primitivas as normas jurídicas resultavam da opinião popular e eram sancionadas a partir do uso generalizado pelo povo, que as tornavam assim, obrigatórias. Chamado Direito Consuetudinário, este antecedeu a lei, e não era escrito, pois os povos ainda não conheciam a escrita. Atualmente, o costume passou a ter função apenas supletiva e interpretativa, servindo de base para a criação de normas jurídicas;
- c) doutrina: caracterizada pelo conjunto de literatura técnica produzida por especialistas na área jurídica (livros, teses, artigos, etc.), apresenta um papel importantíssimo no Direito. Esta literatura serve, entre outros, como embasamento teórico para a compreensão de textos legais, permitindo a análise, reflexão e discussão do teor destes documentos e ainda proporcionando a própria atuação do profissional da área jurídica;
- d) jurisprudência : a jurisprudência consiste no modo pelo qual os tribunais se orientam na solução das diferentes questões com base em sentenças (decisão dada por uma autoridade a toda e qualquer questão submetida à sua jurisdição) e acórdãos (resolução tomada coletivamente pelos tribunais de justiça) proferidos por um Tribunal Superior, os quais passam a ser invocados como precedentes a serem seguidos, muitas vezes com força obrigatória.

### 3.2 Busca e Recuperação de Informações Jurídicas

A recuperação da informação jurídica segue, basicamente, os mesmos passos que em qualquer outra área do conhecimento humano, sendo distintas apenas pela seleção do assunto a ser pesquisado. Esta recuperação segue diferentes métodos de busca, os quais variam de acordo com a organização e suporte dos documentos. Desta forma, neste tópico serão abordadas as características das etapas de busca e recuperação de informações.

Partindo-se deste pressuposto, observa-se a necessidade do usuário executar certos procedimentos que permitam que ele alcance uma resposta para suas questões, sendo preciso restringir ou ampliar a pesquisa conforme a quantidade de itens recuperados.

Formular uma estratégia de busca é o primeiro passo para refinar a pesquisa e obter-se resultados pertinentes. Consultar termos em dicionários especializados, definir palavras-chave, relacionar termos sinônimos, bem como, saber utilizar os recursos do sistema, como operadores booleanos e a truncagem de termos, são aspectos de extrema importância para a recuperação da informação desejada.

De acordo com Lopez (2002, p.68), "Uma preparação adequada é indispensável tanto para a busca computadorizada, quanto para a busca manual." Segundo a autora, a elaboração de etapas contribuem para acentuar a qualidade da pesquisa. São elas:

- a) 1º etapa: Discussão do tópico geral da pesquisa: a fim de direcionar a busca é necessário definir clara e precisamente o problema;

- b) 2º etapa: Conhecimentos básicos sobre os instrumentos de busca: formular os termos, palavras-chave, sinônimos;
- c) 3º etapa: Formulação "provisória" da estratégia de busca: especificar os parâmetros relevantes para a execução da busca;
- d) 4º etapa: Compreensão da lógica dos conjuntos de termos: conhecer as técnicas de busca (operadores, truncagem, etc.);
- e) 5º etapa: Interdisciplinaridade: é necessário conhecer os diversos campos correlatos de pesquisa;
- f) 6ª etapa: Eliminação de termos indesejáveis: deve-se ter cuidado com esta etapa, pois ao eliminarmos uma citação com termos não desejados, pode-se também eliminar um termo importante;
- g) 7º etapa: Especificação dos parâmetros relevantes para a execução de busca: quanto posso gastar? Qual o(s) ano(s) que me interessam? Que ferramentas devo usar?.

De acordo com Kremer (1985, p.188) “os sistemas de recuperação da informação exercem várias atividades, que podem ser classificadas conforme suas funções de **input** (entrada) e **output** (saída) da informação”. (grifo do autor).

A entrada destas informações sugere um processo de quatro fases:

- a) aquisição dos documentos;
- b) organização e controle de forma que possam ser identificados e localizados em resposta às demandas dos usuários;
- c) armazenagem de acordo com algum tipo de organização adotado pelo sistema;

- d) organização das bases de dados de forma que os documentos ali incluídos possam ser recuperados em atendimento as demandas dos usuários.

No estudo, a autora diz que a saída (output) destas informações atende a demanda dos usuários e para tal “devem ser elaboradas **estratégias de busca de informação** que, obrigatoriamente, devem ser coerentes com o tipo de indexação adotado no processo de entrada dos documentos no sistema.” (grifo do autor). Ela refere-se a bancos de dados de informações impressas, sendo que a mesma ressalta que estes sistemas não recuperam informações e sim, a representação de documentos na forma de referências bibliográficas e resumos. (1985, p.189).

Quanto às informações em fontes eletrônicas, as bases de dados costumam, geralmente, recuperar o documento em todo seu teor, mas segundo Blattmann, Fachim e Rados (1999) também é importante conhecer e elaborar diferentes estratégias de busca, a fim de se recuperar estas informações.

### 3.2.1 A Internet Como Fonte de Recuperação de Informação Jurídica Eletrônica

Na década de 60, época da Guerra Fria, o Departamento de Defesa dos EUA, através da *Advanced Research Projects Agency*, desenvolve a primeira rede de computadores (ARPANET), a qual possuía o intuito de proteger o sistema de defesa do país no caso de um ataque nuclear, pois com a descentralização do sistema, no caso do inimigo atingir um terminal, as informações necessárias ao comando ainda eram disponibilizadas em outros locais através da rede.

Rapidamente esta tecnologia passa a ser disponibilizada à comunidade acadêmica e, em meados dos anos 80, com o surgimento do protocolo TCP/IP, que utilizando uma linguagem comum a todos os computadores conectados à rede permite a troca de informações entre si, cria-se a Internet. O protocolo é formado por dois componentes: o TCP (*Transmission Control Protocol* - Protocolo de controle de transmissão) e o IP (*Internet Protocol* - Protocolo Internet). Cada computador conectado à Internet recebe um número, chamado endereço IP, que serve para facilitar a sua identificação na rede.

Em 1990, com a criação da *www* (World Wide Web), a rede se populariza com os provedores de acesso e a ampliação de suas funções, entre elas, a circulação de informações.

Estes provedores são empresas comerciais que mantêm *backbones* (espinha dorsal) ou seja, poderosos computadores (*hosts*) conectados por linhas de grande velocidade de transmissão de dados, como canais de fibra óptica, elos de satélites e transmissão de rádio, conectados de forma permanente à Internet. Para recuperar este investimento e obter lucro, o provedor 'vende' acesso à Internet. O usuário interessado paga uma taxa mensal ao provedor, que, em troca, lhe permite o acesso a seu *host*. Assim, por meio do provedor, o usuário passa também a ter acesso à Internet e aos serviços disponibilizados por esta.

São inúmeros os serviços disponíveis na rede, mas os mais populares são o correio eletrônico (*e-mail*) e a World Wide Web (*www*), embora a Intranet (rede interna), o *listsev* (grupos de discussão), o *chat* (conversa *on-line*) e o Telnet (software que permite acessar outras máquinas) estejam sendo bastante procurados nos últimos anos.

Neste trabalho serão abordados apenas os serviços a seguir descritos.

Correio Eletrônico	O <i>e-mail</i> surgiu em 1972 na Arpanet e foi desenvolvido originalmente para que os usuários dos computadores em rede pudessem trocar mensagens baseadas em texto. Atualmente os programas de correio eletrônico permitem o envio de documentos multimídia, ou seja, a combinação de textos, fotos, imagens em movimentos e sons (Cendón, 2000). O processo de troca de mensagens eletrônicas é fácil e rápido. O usuário faz uma assinatura junto a um provedor – os quais geralmente entregam ao assinante um pacote para acesso a <i>www</i> e enviar e receber correspondência – e este passa a ter um endereço (Caixa Postal), um espaço definido no disco rígido de um computador conectado a Internet.
World Wide Web	A <i>www</i> foi criada em 1989, em Genebra, na Suíça, pelo Centro Europeu de Pesquisa Nuclear (CERN) e o primeiro protótipo de navegador em novembro de 1990 (McKim, 1999). Disponível em 1991, começa a se difundir em 1993 Quando é desenvolvido o Mosaic, programa que combina textos, gráficos e imagens. A <i>www</i> é uma rede com interface de comunicação gráfica dentro da Internet, e o serviço baseado em hipertextos – textos com <i>hyperlinks</i> , ou seja, palavras-chave que representam um tema em outro documento, que, quando clicadas, abrem esse outro documento, que também é um hipertexto – permite ao usuário buscar e recuperar informações distribuídas por diversos computadores da rede. As possibilidades de uso da <i>www</i> são inúmeras: compras de produtos (CDs, roupas, alimentos, etc.), acesso a acervo de bibliotecas, museus, universidades, transações bancárias ( <i>home banking</i> ), acesso a jornais e revistas, declaração do Imposto de Renda, acesso aos demais serviços da rede, como por exemplo, Telnet, e outros usos.
<i>Listserv</i>	O programa que permite a implementação de listas de discussão na Internet nasceu no tempo em que a rede era dominada por universidades e instituições de pesquisa, quando as listas eram destinadas a pesquisadores que queriam discutir determinado assunto. Atualmente elas atendem aos mais variados interesses. Estas listas usam o correio eletrônico para receber e distribuir mensagens aos seus assinantes. O programa possui os endereços eletrônicos dos usuários inscritos em uma lista. Quando um deles envia uma mensagem para o endereço de uma lista, o processador redistribui esta mensagem a todos os seus participantes. Cada lista trata de um tema específico e permite que o assinante participe das discussões, conheça a opinião dos outros participantes e receba notícias sobre o tema de seu interesse.

Quadro 2 – Serviços Disponibilizados pela Internet

Com a popularização da Internet através da *www*, o volume de informações disponibilizadas na rede aumentou vertiginosamente e houve a

necessidade de se criar ferramentas que localizassem apenas as páginas de interesse à pesquisa do usuário.

Segundo o *site* Como Achar Informações na Web (2003<sup>1</sup>), “a busca de informações pode ser facilitada pela ajuda de ferramentas temáticas (diretórios) e automáticas (motores de busca).” Cendón (2001) afirma que, a partir destes dois tipos básicos de ferramentas, outros tipos têm surgido, e que devido às diferenças específicas de cada um é necessário que o usuário tenha algum conhecimento de como funcionam, a fim de obter melhores resultados em suas buscas.

Segundo Branski (2000, p.11), localizar informações na rede requer a utilização eficiente das ferramentas pois “os documentos não estão organizados segundo um padrão determinado como, por exemplo, as bibliotecas[...]”

Os sistemas de busca temáticos foram a primeira solução proposta para organizar e localizar os recursos disponíveis na www. Dispostos em um grupo de diretórios ou grandes áreas, agrupavam as informações em categorias, que por sua vez subdividiam-se em subcategorias, que podem, hierarquicamente, subdividirem-se uma ou mais vezes, remetendo, gradativamente, a sub-categorias mais específicas.

Como todo sistema, pode-se apontar vantagens e desvantagens para esta ferramenta.

A principal desvantagem é que a classificação é feita por uma pessoa e tende a ser aleatória, ainda que atenda certos critérios. Com isso, é possível que não se encontre o que se busca se este tema não tiver sido previsto pela pessoa que arquitetou a árvore.

Nos catálogos, as informações são organizadas e classificadas em categorias temáticas com a ajuda de pessoas. O interessado em ter seu *site* catalogado envia uma breve descrição do conteúdo,

---

<sup>1</sup> Documento eletrônico não paginado

solicitando a inclusão de seu endereço Internet no banco de dados. Os editores poderão ou não aceitar a inclusão. Em caso afirmativo, classificarão o endereço na categoria que julgarem mais adequada. (BRANSKI, 2000, p.12).

A vantagem mais importante é que a árvore pode agilizar a busca inicial, desde que para o tema pesquisado exista esta opção.

Um dos diretórios mais populares na www é o Yahoo (<http://www.yahoo.com.br>) mas existem outros bem conhecidos. São eles:

- a) Cadê (<http://www.cadê.com.br>);
- b) Terra (<http://www.terra.com.br>);
- c) Meta Miner (<http://www.miner.bol.com.br/metaminer.html>);
- d) Radar Uol (<http://www.radaruol.com.br>);
- e) Surf (<http://www.surf.com.br>).

Caso esta busca não se mostre adequada (gerar poucos resultados, não recuperar nenhum ou resultados pouco significativos) pode-se optar pela busca automática (motores de busca). Cendón (2001) diz que estas ferramentas surgiram quando os diretórios não conseguiam mais arrolar as informações novas colocadas na rede.

De acordo com o *site* Como Achar as Informações na Web (2003<sup>2</sup>), “Os motores de busca permitem ao usuário, a partir de uma palavra-chave, um assunto, tema, frase ou até mesmo uma pergunta, recuperar as informações procuradas.” Os documentos encontrados pelos robôs (programas que o computador hospedeiro da ferramenta de busca lança regularmente na Internet para incluir em suas bases de dados o maior número possível de documentos) são enviados aos indexadores, que extraem as informações pertinentes (URL, títulos, resumos, etc.) e armazenam estes

---

<sup>2</sup> Documento eletrônico não paginado

dados para mostrar ao usuário aqueles que tem relação com a pesquisa. (Mota, 1998).

É importante observar que, embora os motores de busca coletem informações quase do mesmo modo, ocorrem diferenças nos resultados apresentados de uma ferramenta para outra, devido aos critérios elaborados para a construção da base de dados.

Diante do exposto, verifica-se a importância de fazer sempre a pesquisa em mais de um sistema de busca automática, visando desta forma, maior precisão nas informações recuperadas.

Alguns motores de busca bastante utilizados são:

- a) Alta Vista (<http://www.altavista.digital.com>);
- b) InfoSeek (<http://infoseek.go.com>);
- c) Lycos (<http://www.lycos.com>);
- d) Google (<http://www.google.com>);
- e) Excite (<http://www.excite.com>).

Os mecanismos de busca e os diretórios diferem em diversos aspectos, conforme podemos observar no quadro a seguir.

<b>Aspecto</b>	<b>Motores de busca</b>	<b>Diretórios</b>
Tamanho	Normalmente são gigantescos devido ao fato dos "robots" estarem constantemente buscando novos sites para acrescentarem em seu banco de dados.	Têm uma base de dados menor, devido ao fato de que as inserções serão feitas através de cadastramento junto à ferramenta pelo dono do site.
Cadastro	a maior parte é feito através de programas sem a intervenção do homem, mas o próprio dono do site pode também fornecer a "URL" ao sistema.	Feito somente através do cadastramento da "URL" pelo dono do site. É necessário fornecer a categoria, um resumo do conteúdo e o "e-mail" para contato.

Análise do conteúdo	Inexistente pois o cadastramento é feito por programas.	Feita por uma equipe de editores, que analisam, conferem e incluem o site na base de dados. Nem todos os "diretórios" possuem editores.
Disposição do conteúdo	o mecanismo nem sempre dispõe desse recurso.	O diretório classifica o conteúdo dos sites segundo categorias e subcategorias, setores de atividade econômica ou ramos do conhecimento.
Indexação	No " <i>mecanismo</i> " as páginas são indexadas uma a uma, ou seja, se o site tiver 250 páginas serão indexadas as 250.	No " <i>diretório</i> " é indexado o site como um todo, independente do número de páginas, o site aparecerá somente uma única vez.
Atualização	Estão em constante atualização, pois os robots indexam páginas a todo momento.	É mais lenta, pois depende da interferência do homem.
Modo de pesquisa	Através de palavras chave e através de " <i>diretório ou índice hierárquico</i> ", mas nem todos têm índice hierárquico.	Através de palavras chave e através de " <i>diretório ou índice hierárquico</i> ".
Maior vantagem	Podem ser cadastradas todas as páginas do site independente de conferência.	O resultado da pesquisa pode trazer temas mais enxutos e limpos do que nos mecanismos, devido ao critério de avaliação para inserção do site no banco de dados.
Maior desvantagem	o resultado da pesquisa pode nem sempre ser coerente, pois é cadastrado de tudo.	O tempo para inserção de um novo " <i>link</i> " na base de dados é muito grande.

Quadro 3 – Diferenças entre Ferramentas de Busca

Segundo o *site* E-dimensão (2004) “cada mecanismo de busca tem sua particularidade quanto ao método de pesquisa de uma página, sendo assim, é importante entender sobre o funcionamento deles para poder usufruir de seus recursos com maior eficiência.”

Para o pesquisador que não dispõe de muito tempo para 'vasculhar' a rede, existe a opção do uso dos metatadores, que conforme Cendón (2001, p.47)

"[...] permitem a execução de uma mesma busca em mais de uma ferramenta (motores ou diretórios), ao mesmo tempo exibindo todos os resultados encontrados em uma só lista."

A utilização dos metamotores é mais indicada para buscas simples pois obtém-se grande volume de informações sem que haja aumento de qualidade. É importante também, observar que este sistema demora mais tempo para listar os resultados obtidos, haja vista que deve processar a busca em várias ferramentas existentes.

Exemplo de metamotores:

- a) Inference Find: (<http://www.inference.com/infind>);
- b) MetaCrawler: (<http://www.metacrawler.com>);
- c) Metafind: (<http://www.metafind.com>);
- d) MetaBusca Zaz : (<http://metabusca.zaz.com.br>).

O uso de sites especializados é outra forma de se localizar informações na web. Eles contêm tópicos específicos por assunto, buscando informações em textos de jornais e revistas, empresas, dicionários *on-line*, entre outros. São exemplos:

- a) O Guia do Direito BR (<http://www.ogd.kit.net>) – guia jurídico que engloba diversos serviços na área do direito, cadastrando e fazendo publicidade de sites jurídicos, possibilitando a publicação de artigos e doutrinas pelos profissionais e estudantes de direito, abrindo um novo campo de conhecimento com os mini cursos de direito, além de muitas outras informações;
- b) Jus Navigandi (<http://www.jus.com.br>) – um dos mais tradicionais sites jurídicos da Internet e também o mais visitado na categoria dos portais

jurídicos. Já recebeu vários prêmios e indicações em publicações especializadas;

- c) Direitonet (<http://www.direitonet.com.br>) – site especializado em Direito que oferece gratuitamente aos seus usuários conteúdo relacionado com a área jurídica, como: busca de sites, legislação, notícias, artigos e eventos. Em seu banco de dados é possível encontrar milhares de links jurídicos através da busca por palavras-chave ou por categorias. Na seção de notícias, atualizada diariamente, estão as mais recentes notícias sobre direito no Brasil e no mundo. A seção de eventos divulga palestras, congressos e seminários na área;
- d) Advocati Locus (<http://www.advogado.com>): disponibiliza legislação, jurisprudência, livros, eventos e também a maior lista de *e-mails* de advogados, juízes, promotores, defensores, professores e estudantes de direito, além de outros.

Segundo Blattmann, Fachin e Rados (1999) cada sistema possui suas limitações, vantagens e desvantagens, motivo pelo qual, cabe ao usuário conhecer as diferentes ferramentas a fim de optar pela que melhor atenda suas necessidades informacionais no momento da consulta.

Quanto a área jurídica, a Internet tem se mostrado cada dia mais importante para os profissionais desta área, conforme afirma Zanetti (2003, p.1):

Algumas iniciativas para facilitar o acesso a informação jurídica através da Internet já foram tomadas e podemos constatar que o acesso a lei, a doutrina e a jurisprudência junto aos *sites* governamentais ( tribunais, Senado, Câmara dos Deputados Federal, etc.) e aos *sites* de revistas jurídicas se tornaram muito mais fácil do que a poucos anos atrás.

Segundo Rezende (2000, p.53) "[...] com o aumento do volume de publicações na área do Direito, além das constantes mudanças na legislação

brasileira, torna-se difícil, sem a ajuda da informática, gerenciar, disseminar e recuperar toda essa informação em tempo hábil."

Alonso (1998) descreve alguns motivos que levam o profissional da área jurídica a informatizar seus escritórios:

- a) a rapidez de informações dentro e fora da empresa;
- b) o volume de informações disponibilizado que agiliza a tomada de decisões;
- c) a otimização do trabalho em grupo.

Cada profissional terá como obrigação primeira a atualização de dados dos clientes e das rotinas do escritório para que os outros integrantes da equipe possam acompanhar o andamento dos processos e de outras questões inerentes ao trabalho, mesmo quando não estiverem fisicamente no escritório. (ALONSO, 1998, P.15).

A fim de oferecer uma visão da ampla capacidade da Internet em disponibilizar *sites* jurídicos de relevância para a pesquisa em direito, selecionou-se alguns considerados de grande importância na área:

- a) Federal;
  - **Supremo Tribunal Federal** (<http://www.stf.gov.br>): o endereço disponibiliza informações sobre processos em andamento, publicações do Diário de Justiça e Revista Trimestral de Jurisprudência, concursos públicos, entre outros. Contém *links* para tribunais superiores e justiças especializadas, federal e comum,
  - **Superior Tribunal de Justiça** (<http://www.stj.gov.br>): disponibiliza informações basicamente iguais ao STF, com o diferencial de possibilitar consultas ao tesouro jurídico da instituição,
  - **Tribunal Superior do Trabalho** (<http://www.tst.gov.br>): dirigido a matéria trabalhista, o *site* oferece consulta a processos em

andamento na Justiça do Trabalho, Licitações, Contas Públicas, Relatórios Gerais da Justiça do Trabalho, jurisprudência e legislação, entre outros,

- **Senado Federal** (<http://www.senadofederal.gov.br>): o endereço disponibiliza a legislação na íntegra, projetos de lei, discursos parlamentares, assembléia nacional constituinte e consulta ao acervo de livros e periódicos das principais bibliotecas jurídicas de Brasília, entre outros,
- **Conselho da Justiça Federal** (<http://www.cjf.gov.br>): disponibiliza jurisprudência e legislação de todos os Tribunais Regionais Federais e a Revista do CEJ, na íntegra.

b) Estadual;

- **Assembléia Legislativa do Estado** (<http://www.al.rs.gov.br>): disponibiliza a legislação estadual, licitações, calendário eleitoral e informações institucionais, entre outros,
- **Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul** (<http://www.tj.rs.gov.br>): o endereço permite acompanhamento processual, consulta à jurisprudência, legislação, concursos, informações gerais sobre a biblioteca da instituição e *links* para a Justiça da Infância e Juventude, Juizados Especiais, entre outros,
- **Procuradoria Geral do Estado** (<http://www.pge.rs.gov.br>): acesso a informações institucionais, concursos e seleções, legislação, artigos, eventos e *links* para as diversas instituições na área jurídica, entre outros.

c) Municipal:

- **Procuradoria Geral do Município do Porto Alegre**  
(<http://www.portoalegre.rs.gov.br/pgm>): disponibiliza a legislação municipal, artigos de publicações municipais, *links* para associações e órgãos federais, regionais e internacionais na área jurídica.

### 3.2.2 Bibliotecas Como Fonte de Recuperação de Informação Jurídica Impressa

Na mais remota antigüidade o conhecimento era transmitido de forma oral, onde as pessoas eram depositárias da cultura do grupo ao qual pertenciam e, com a morte do último indivíduo, as memórias desta comunidade se perdiam.

Com a invenção da escrita, torna-se possível registrar estas memórias, as quais passam a ser duradouras e não dependem mais da existência de alguém do grupo. Estas informações, dados, experiências e outros registros passam a ser reunidos em um determinado local e organizados de uma forma que se possa recuperar e utilizá-los se necessário. Eis que surge o conceito de biblioteca.

Após o declínio das culturas antigas, as bibliotecas pagãs desapareceram ou foram absorvidas pela Igreja, que não permitia o acesso dos 'profanos' aos livros, alegando que estes carregavam poderes maléficos e somente os religiosos é que podiam neutralizar estes efeitos.

Desta forma, os sacerdotes monopolizavam todo o conhecimento religioso, literário e científico da época.

Segundo Lemos (1998), na Idade Média as bibliotecas passaram a ser divididas em três categorias:

- a) religiosas – fundadas nas principais Igrejas, por iniciativa dos bispos. A biblioteca que mais se destacou foi a Vaticana, possuindo mais de 6000 incunábulo (livros impressos antes de 1500);
- b) particulares – surgidas no final da Idade Média pela necessidade de professores, médicos, advogados e religiosos em reunirem maior quantidade e variedade de títulos para ampliar seus conhecimentos;
- c) universitárias – originaram-se da fusão de várias instituições educacionais e são, inicialmente, um prolongamento das ordens eclesiásticas, dirigidas por Franciscanos e Dominicanos.

Com o surgimento da imprensa, cerca de 1450, facilitou-se a reprodução das obras em maior quantidade e com maior rapidez, o preço dos livros diminuiu e o número de obras aumentou, exigindo que as bibliotecas repensassem suas rotinas de armazenamento, conservação, funcionamento, etc. Começaram a surgir os sistemas de classificação e os bibliotecários passaram a dividir o conhecimento em 5 grandes áreas:

- a) Teologia;
- b) Jurisprudência;
- c) Artes e Ciência;
- d) Belas Artes;
- e) História.

Esta explosão bibliográfica, além de romper com o monopólio de produção editorial pela Igreja, também veio estimular o surgimento de bibliotecas públicas, às quais colocavam, gratuitamente, à disposição dos interessados, grandes acervos gerais de livros.

Diante do exposto, verifica-se a importância do conhecimento em nossas vidas e o inegável papel dos livros em sua formação, confirmado pelas palavras do artigo *Catedrais de Papel* (1992, p.51), “O homem fez do mundo um vasto arsenal de artefatos. Nele, sem dúvida, o bem supremo é o livro, documento e instrumento essencial ao percurso da espécie. Se a linguagem é inseparável da condição humana, a escrita é sua outra face [...]”.

Conforme Figueiredo (1995) o papel das bibliotecas é de atender às necessidades de informação de seus usuários, o que acontece principalmente, através do empréstimo de materiais a seu público.

Para atender aos usuários jurídicos, bibliotecas universitárias, especializadas e particulares disponibilizam seus acervos especializados em Direito.

Sartori (1999) explica que a biblioteca particular do escritório Sfoggia, Botta & Serafin – Advogados tem por objetivo atender seus usuários advogados e para tanto oferece um acervo composto por livros, periódicos, CDs e também acesso a Internet como ferramenta para atender a pesquisa.

Lima (2000) apresenta a biblioteca do Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região, o SEDOC (Serviço de Documentação). Especializada na área de Direito Trabalhista, é composta por mais de 12000 volumes, entre livros, bases de dados em CD-ROM e periódicos. Tem por objetivo prestar apoio à atividade jurisprudencial e para tanto, oferece seus serviços a seus usuários internos (juízes, assessores, servidores) e externos (advogados, estudantes e público em geral).

Quanto a bibliotecas universitárias, temos como exemplo a Biblioteca da Faculdade de Direito da UFRGS, cenário da coleta de dados deste estudo. A Biblioteca tem por determinação atender aos objetivos da instituição a qual está vinculada, ou seja, pesquisa, ensino e extensão. Seu acervo é composto

principalmente por livros e periódicos e seu público alvo são os alunos e professores da Faculdade, embora atenda também o público em geral.

Com o objetivo de facilitar o acesso dos usuários à informação desejada, as bibliotecas contam com o auxílio de um serviço importante: o estudo de usuário.

Entende-se por usuário aquele indivíduo que recorre a um centro de informação na busca de respostas para o desenvolvimento de suas atividades e por estudo de usuários, as investigações sobre as necessidades, demandas e usos de informações destes indivíduos.

Conforme Figueiredo (1994), estas investigações permitem que se conheça as necessidades dos usuários de uma biblioteca e/ou centro de informação, saiba-se como e para quais fins eles usam estas informações e quais são os fatores que afetam este uso, caracterizando-se assim, um canal de comunicação entre a biblioteca e o público a qual ela serve.

Sanz Casado (1994, p.32) afirma que conhecer os hábitos e necessidades de informação dos usuários permite “[...] diseñar y planificar los centros de documentación y bibliotecas de acuerdo a los hábitos y las necesidades de información que manifiesten las comunidades de usuarios a las que deben atender”.

Segundo a literatura na área, os primeiros estudos de usuários aconteceram na segunda metade da década de 40, mas centravam-se em descobrir o uso de informações por cientistas e engenheiros pois estas eram as áreas nas quais os problemas eram mais sentidos (Figueiredo, 1994). Estes estudos se intensificaram a partir da década de 60, principalmente nos Estados Unidos e Inglaterra, e começam a aparecer no Brasil na década de 70, intensificando-se após a criação do curso de mestrado do IBICT (Andrade, 1985).

Sanz Casado (1994, p.31.) define a importância destes estudos para se “[...] entender el comportamiento que manifestam los individuos en su consumo de información. Esta há permitido, entre otras cosas, configurar los servicios de información adecuados para responder a esas situaciones.”

O estudo de usuário é uma ferramenta fundamental para que as bibliotecas se façam importantes a seu público, pois é através destas investigações que ela poderá avaliar os benefícios e dificuldades dos serviços que presta e corrigir, suprimir ou implantar aqueles que melhor atendem seus usuários, elevando o grau de satisfação destes indivíduos que poderão tornar-se usuários habituais e também divulgar as vantagens destes serviços a outras pessoas.

A transferência das informações contidas numa biblioteca aos seus usuários, é realizada através da interação entre esses dois elementos, possibilitando um fluxo de conhecimento recíproco. A biblioteca precisa conhecer o seu usuário quanto às suas necessidades, demandas e satisfações, assim como o usuário deve conhecer os serviços da biblioteca para explorar ao máximo os recursos informacionais (ANDRADE, 1985, p.15).

Analisando os diversos especialistas em estudos de usuários, nota-se que os estudos apresentam relações entre si, destacando-se três tipos, definidos aqui por dois autores: Brittain<sup>3</sup> (1970 apud Rabello, 1983) e Sanz Casado (1994) respectivamente:

- a) estudo de uso da informação;
  - busca conhecer os mecanismos de busca de informação e de uso de fontes,
  - busca conhecer como acontece a transferência da informação que o indivíduo precisa para realizar suas atividades.

---

<sup>3</sup> BRITTAİN, J. M. **Information and its users**: a review with special reference to the social sciences. Bath: Bath University Press, 1970.

- b) estudo de demanda da informação;
  - são os pedidos, orais ou escritos, feitos a um sistema,
  - aquilo que o indivíduo pede a um sistema, mas quem sempre é o que ele realmente precisa.
- c) estudos de necessidades de informação;
  - confundido com o de demanda pela não definição do conceito pelo autor,
  - aquilo que o indivíduo realmente precisa para realizar suas atividades.

Como podemos observar nos dois casos, embora com uma diferença de mais de duas décadas, ambos autores definem o estudo de uso como meio de conhecer as formas com as quais os usuários buscam as informações que precisam de fato, enquanto que o estudo de demanda são as formas como este indivíduo 'pede' estas informações. O estudo de necessidades, definido aqui por Sanz Casado (1994), caracteriza-se como a sensação de carência de algo por parte do usuário.

Existe concordância na literatura nacional e estrangeira de que há tendência aos estudos de uso e demanda de informações e que os estudos ditos de necessidade, geralmente não passam de estudos de uso ou demanda.

Segundo Mostafa, Lima e Maranon (1992), os estudos de usuários abrangem vários aspectos de seu comportamento:

- a) treinamento – visa fazer com que o usuário conheça os recursos disponíveis em sua biblioteca e saiba usá-los, priorizando o encontro preciso com a informação;
- b) uso – procura conhecer qual o tipo de material mais utilizado e como acontece o fluxo ou transferência de informações;

- c) canais - verifica como se dá a comunicação científica e qual a relação entre canais formais e informais.

Atualmente, com o advento das tecnologias da informação, a informatização das bibliotecas e a criação de bibliotecas virtuais, as questões propostas para os estudos de usuários deverão ser reformuladas, pois conforme Lacruz e Escolá (1997, p.91) “[...] *el usuario debe modificar sus hábitos de acceso. En un hiperdocumento o documento digital puede encontrar tres, cuatro o más tipos de códigos comunicativos diferentes: textual, imagen fija o móvil, sonido, símbolos, etc.*”

### **3.3 A Seleção de Informações**

O crescente aumento de documentos origina graves problemas na recuperação de informações pertinentes. O usuário, por vezes, localiza inúmeros documentos sobre o assunto desejado e ao examiná-los verifica não serem relevantes a sua pesquisa.

Falta de atualização, idioma que o leitor não domina, alto custo de aquisição e autor não qualificado para discorrer sobre o tema são alguns dos itens que fazem com que a informação não tenha nenhum valor para a pesquisa.

Definir entre os inúmeros materiais de informação existentes, quais os melhores para atender as questões levantadas pelo pesquisador, requer que os documentos sejam filtrados antes do uso. Desta forma, pode-se garantir a confiabilidade das fontes utilizadas no trabalho através dos critérios de seleção, os

quais visam identificar os documentos que não se enquadram no perfil desejado e excluí-los.

De acordo com Vergueiro (1997), alguns itens são fundamentais para o início da seleção:

- a) assunto: o pesquisador deve direcioná-lo para não ficar muito amplo;
- b) quantidade de documentos: é necessário delimitar se a pesquisa será genérica ou exaustiva a fim de se ter uma orientação para delimitar a busca;
- c) custo de aquisição: quanto o pesquisador está disposto a arcar com o custo dos documentos que precisará adquirir (compra, taxa de empréstimo, comutação, etc.).

A literatura sobre a área não apresenta unanimidade quanto aos critérios listados, sendo que desta maneira, procurou-se citar aqueles considerados mais importantes e que surgiram em vários textos (Blattmann e Tristão, 1999; Oliván, Ullate e Ruiz, 1999; Vergueiro, 1997). Observa-se também que os critérios de avaliação de documentos eletrônicos, embora algumas vezes apresentem-se com outra nomenclatura, seguem-se aos de documentos impressos acrescidos, é claro, de outros ligados ao suporte da informação.

### 3.3.1 Critérios de Avaliação de Documentos Impressos

Segundo Vergueiro (1997), os critérios utilizados na seleção de materiais informacionais são divididos em três blocos maiores, a saber: critérios que abordam

o conteúdo do documento, sua adequação ao usuário e critérios relativos a aspectos adicionais do documento. Os itens pertinentes a cada um deles são:

a) conteúdo do documento;

- autoridade: através da reputação do autor, editora ou patrocinador, busca-se definir se o material é de qualidade ou não, verificando a produção de outros documentos relevantes pelo(s) mesmo(s),
- precisão: busca definir se a informação apresentada é exata, rigorosa, correta. Algumas vezes o usuário necessitará da opinião de um especialista no assunto para verificar estes critérios, os quais nem sempre estão muito claros,
- imparcialidade: é necessário verificar se o documento deixa claro ou não, se apresenta todos os lados do assunto coberto, sem favoritismos. Em alguns casos, o pesquisador poderá selecioná-lo justamente por apresentar apenas uma única visão do assunto,
- atualidade: busca verificar se a informação é atual. É importante ressaltar que algumas obras 'antigas' podem contribuir também para o assunto pesquisado,
- cobertura/tratamento: verifica a forma como o assunto é tratado; se é explanado por completo ou superficialmente e se todos os aspectos importantes foram cobertos ou não.

b) adequação ao usuário;

- conveniência: o documento deve ser inteligível a seu leitor, apresentando linguagem compreensível e visual claro,
- idioma: é imprescindível selecionar documentos em que a língua seja acessível ao pesquisador,

- relevância/interesse: busca verificar se o documento é útil às necessidades do usuário.

c) aspectos adicionais do documento;

- aspectos especiais: analisa a inclusão de apêndices, bibliografias, notas, índices, sumário, resumo, etc. Documentos que apresentam sumário e bibliografias auxiliam o pesquisador na consulta de informações,
- custo: sem afetar os critérios de qualidade da obra, busca identificar alternativas financeiras mais compensadoras na aquisição de um documento.

Os documentos impressos acompanham a evolução humana a milênios e o uso de filtros para selecioná-los já acontecia na maior biblioteca do mundo antigo, a Biblioteca de Nínive. De acordo com Campos (1994, p.35), nela “[...] os textos eram submetidos à crítica de um grupo de estudiosos que avaliavam sua autenticidade e procediam a correções.”

Este quadro somente reforça a importância do uso de critérios para selecionar os documentos que farão parte da pesquisa e que irão configurar na qualidade final desta.

### 3.3.2 Critérios de Avaliação de Documentos Eletrônicos

O CD-ROM e a Internet são instrumentos sem os quais os profissionais da área jurídica já não podem trabalhar atualmente.

É possível obter modelos de petições, pareceres ou sentenças, contratos, cartas e correspondências, pesquisas jurisprudenciais, doutrinas, legislação e códigos comentados, entre outros, consultando-se apenas um CD-ROM, além de obter estas informações juntamente com o uso de sons e imagens gráficas de fácil utilização.

A Internet oferece todos estes recursos e permite ainda que o profissional consulte processos nos tribunais superiores, leis que acabaram de ser promulgadas, participe de listas de discussões jurídicas para debater sobre um tema polêmico ou solicitar ajuda, acesse os acervos de várias instituições e bibliotecas e utilize o correio eletrônico para envio e recebimento de petições e relatórios, entre outros.

Este crescimento contínuo de informações obriga o profissional a examinar com cuidado as informações que necessita. Para isso, a utilização de critérios de seleção visa garantir a qualidade das informações recuperadas refletindo a excelência dos serviços executados.

É cada vez maior o número de documentos que tem seus títulos publicados em papel e versão eletrônica simultaneamente. Aquisição de revistas impressas com CDs-ROM são cada dia mais freqüentes.

O CD-ROM, pequeno disco ótico com capacidade de armazenamento de 500 disquetes de 3,5 polegadas, apresenta recursos de multimídia (textos, som, vídeo, imagens animadas, hipertexto, ícones, etc.) e, em geral, além de vasto banco de dados, remete o usuário ao respectivo sítio na Internet, seja para completar ou atualizar as informações disponibilizadas.

A Revista Síntese Trabalhista, Administrativa e Previdenciária, por exemplo, é uma publicação que conta com a colaboração dos maiores juristas das áreas. A revista é a primeira a ser aceita como repositório (coleção de leis,

informações, conhecimentos, etc.) autorizado pelo TST e é reconhecida também pelo STF, STJ e TRFs. Ao fazer a assinatura da revista, recebe-se o CD-ROM retroativo que contém toda a matéria das edições anteriores e uma senha de acesso ao Síntese On Line, sitio da editora na Internet que traz a atualização diária da legislação. A pesquisa em CD-ROM facilita a busca em comparação com as versões impressas. Pode-se fazer as buscas por assunto, nome de autores, títulos, datas, entre outros.

A escolha entre obras publicadas em papel (impressas) ou em CD-ROM dependerá do custo-benefício, facilidade de acesso, disponibilidade de espaço, manuseio, equipamentos necessários, custos de armazenamento e outros. Porém, por serem geralmente compilações de documentos impressos, as informações em CDs-ROM devem ser selecionadas utilizando-se praticamente os mesmos critérios que para obras impressas.

Quanto à Internet, considerada por Oliván, Ullate e Ruiz (1999, p.100) como “[...] uno de los almanaces más importantes de información del mundo [...]” devido a grande quantidade de informações disponíveis, exige critérios que comprovem um certo grau de qualidade à informação recuperada.

[...] alguém que passe certo tempo surfando na *Web* acaba por encontrar “*o bom, o mau e o feio*”, isto porque, devido à abertura do sistema, qualquer pessoa pode colocar qualquer tipo de informação na Internet. Não existem avaliações prévias do que é disponibilizado. O acúmulo de informações sem relevância aponta para a necessidade de filtros que permitam a recuperação de informações de qualidade e com maior revocação. (TOMAÉL, et al. 2001, p.3).

A Internet é uma grande aliada na busca por informações jurídicas, mas o crescimento contínuo de informações na área, exige que os usuários que dela se sirvam, criem meios de identificar a qualidade e pertinência das informações utilizadas. Após a leitura e comparação de documentos pertinentes a área

(Blattmann e Tristão, 1999; Oliván, Ullate e Ruiz, 1999; Vergueiro, 1997), sugere-se o uso de alguns destes critérios, conforme indica o quadro a seguir.

Autoridade	Examina se o autor do documento está devidamente identificado e busca definir se o autor tem título, posição, reputação e experiência para tratar do assunto.
Atualidade	Verifica a atualização da informação. É um item muito importante, principalmente sobre temas que estão sempre se modificando, especialmente em medicina, direito, tecnologia, etc.
Objetivo e audiência (cobertura)	Qual o propósito da informação? Persuadir, informar, explicar, divertir? A quem se dirige? Busca verificar se é uma informação técnica, avançada ou é adequada as necessidades do pesquisador.
Precisão	Este item leva em conta características como objetividade, exatidão e validade. Segundo os estudiosos sobre o assunto, a validação destes itens requerem um processo de avaliação e revisão similar ao que sofrem os recursos impressos e as vezes será necessário examinar outras fontes de informação, seja na rede ou de forma impressa.
Cobertura	Determina o nível de profundidade e exaustividade com que o documento cobre o tema em questão.
Documentação e bibliografia	Busca verificar em que documentos se apoia (referências) em opiniões e conclusões de outras fontes sobre o documento, o que aumenta a credibilidade deste.
Pertinência para o usuário	Busca verificar se satisfaz as necessidades de informação do usuário.
Metainformação (informações sobre a informação)	Verifica a presença de resumos, sumários, figuras e outros dados que permitam conhecer o conteúdo sem ter de ler o documento completo.
Hiperlinks	Examina se o sitio remete para outros que completem as informações disponibilizadas.
Navegação dentro do documento	Examina se existe facilidade para localizar informações dentro do documento;

Quadro 4 – Critérios de Avaliação de Informações Eletrônicas

## **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS**

Neste capítulo são analisados e apresentados os dados coletados através da entrevista realizada com os alunos da Faculdade de Direito da UFRGS, englobando características gerais dos entrevistados e das buscas por informações, frequência de uso, relevância e confiabilidade das fontes e uso de critérios de avaliação para a seleção de informações de qualidade.

A coleta de dados deu-se na última semana de outubro, sendo que as entrevistas aconteceram nas dependências da Biblioteca e no bar anexo ao prédio da primeira, realizando-se nos turnos da manhã e noite respectivamente, conforme sugestões apresentadas no pré-teste.

As informações obtidas foram tabuladas através da planilha eletrônica Excel 97, onde gráficos, quadros e tabelas são associados aos resultados alcançados e aos tópicos em discussão, visando facilitar a compreensão do leitor.

#### 4.1 Características Gerais dos Entrevistados

Dos 13 estudantes entrevistados, apenas um está cursando o mestrado, os outros, graduação. Semestre em curso, idade, sexo e outras características pessoais não foram levadas em conta pois não contribuíam para os objetivos deste trabalho.

Variável importante nesta pesquisa era conhecer os limites lingüísticos dos estudantes, o que restringe o acesso a algumas fontes importantes, principalmente na língua inglesa e em suporte eletrônico. Porém, conforme verificou-se na entrevista, apenas 1 aluno alegou não dominar a leitura em inglês.

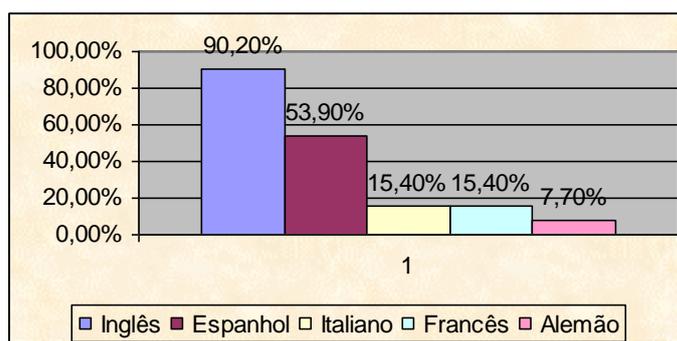


Gráfico 1 – Domínio da Leitura em Língua Estrangeira

Passos (2003, p.5) afirma que “[...]com a Internet, cresceu a necessidade do conhecimento da língua inglesa, pois 85% das páginas na Web estão em inglês.” Ao abordar a necessidade de se conhecer idiomas, o seu artigo, direcionado ao bibliotecário jurídico, enquadra-se perfeitamente a qualquer indivíduo que busque recuperar informações na rede pois a autora diz que “Quanto menor o número de conhecedores do idioma utilizado na feitura das páginas, menor será o alcance da informação que se pretendia divulgar.”

O domínio da leitura em espanhol foi apontado por 53,9% dos entrevistados. Italiano, alemão e francês são idiomas que surgiram como outras alternativas.

## 4.2 Características Gerais das Buscas por Informações

Neste tópico buscou-se identificar algumas características comuns entre os estudantes no processo de buscas por informações pertinentes na área.

A questão inicial para levantar estes dados visava conhecer o último motivo que levou o aluno a buscar informações na área jurídica e observou-se que a maioria (76,9%) recorreu a fontes que subsidiassem a realização de um trabalho acadêmico.

Outras finalidades também foram apontadas pelos alunos, conforme apresenta o gráfico a seguir.

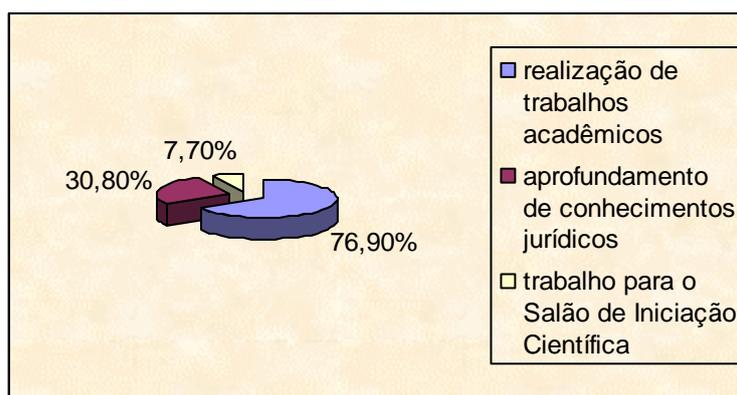


Gráfico 2 – Finalidades das Buscas por Informações

A partir destes dados podemos concluir que a maioria dos estudantes entrevistados possui como motivação para a busca de informações a realização de algum trabalho acadêmico (76,9%), sendo que a busca de informações para aprofundar os conhecimentos na área jurídica e para participar de eventos, como por

exemplo o Salão de Iniciação Científica, é representada por 38,5% dos entrevistados.

Ainda buscando identificar os hábitos deste grupo, constatou-se que 100% dos entrevistados costumam fazer a busca das informações pessoalmente, recorrendo ao bibliotecário somente no caso de não localizarem nenhum documento relevante.

Passos (2003, p.1) diz que “O bibliotecário Jurídico é o profissional que facilita o acesso à informação jurídica de forma ágil e eficiente.” e aponta para o fato de alguns usuários, mesmo tendo condições de desenvolver suas pesquisas sem auxílio nenhum, ainda assim, solicitam ajuda ao bibliotecário jurídico para facilitar a busca. Conforme o autor, o auxílio do bibliotecário favorece:

- a) poupar tempo;
- b) não incorrer erros;
- c) obter pesquisas mais amplas.

A questão seguinte, a qual buscou identificar dificuldades encontradas pelos entrevistados quando da busca nas diversas fontes de informação, apontou que nenhum deles sente dificuldades ao utilizar as diversas fontes existentes. Resultado este, que parece sustentar a questão anterior, onde os entrevistados afirmam fazer as buscas pessoalmente, sem a necessidade de nenhum auxílio.

Quando questionados sobre a existência de uma disciplina que auxiliasse no processo de busca de informações importantes na área, a maioria dos estudantes respondeu que sim, que existia Metodologia da Pesquisa em Direito e que a disciplina ensinava os alunos a realizarem uma pesquisa, fichamento de livros e assuntos e incluía a realização de visitas a bibliotecas da área jurídica.

Após o investigador esclarecer sobre a disciplina que deveria capacitar o estudante a saber procurar informações pertinentes, localizando fontes, avaliando o conteúdo dos textos e outros, todos responderam que tal disciplina não existia e concordaram que seria muito importante conhecer algumas técnicas para a busca e recuperação de informações na área.

Este resultado demonstra o interesse destes alunos em ampliar seus conhecimentos e possibilitar assim, a qualificação de suas pesquisas.

Segundo Pasquarelli (1996), algumas condições são essenciais para o êxito de uma disciplina, dentre elas:

- a) a sua importância, isto é, a convicção por parte da Unidade de Ensino de que ela propiciará o crescimento intelectual e será útil à vida profissional do aluno;
- b) ao reconhecimento, pelo aluno, de sua utilidade para sua formação;
- b) a existência de suportes pertinentes, como laboratórios, bibliotecas, salas de aula e equipamentos, entre outros.

Os suportes para a disciplina sugerida existem: a Biblioteca e a Internet, e quanto ao reconhecimento dos alunos, observou-se este fato na fala de 2 entrevistados: “[...] é importante, pois facilitaria muito o estudo e aumentaria a qualidade da pesquisa jurídica.” (Entrevistado 9) e “[...] Alguns professores auxiliam neste sentido, mas a disciplina é imprescindível para uma formação acadêmica integral.” (Entrevistado 2).

Embora 100% dos entrevistados tenha alegado não ter dificuldades ao utilizar as diferentes fontes de informação existentes, observou-se o interesse de todos em conhecer mais sobre o processo de busca, recuperação e seleção destas, como podemos observar no comentário do Entrevistado 4, quando diz “Acho

importante termos, por exemplo, uma ou duas aulas, ou uma palestra sobre isso, não necessariamente uma disciplina como as outras”.

#### 4.2.1 A Biblioteca e as Informações Impressas

As questões 6, 7 e 8 do bloco 1 foram direcionadas ao conhecimento dos hábitos dos estudantes quanto ao uso de fontes de informação impressas, e para isso, apontou-se tópicos como freqüência de uso da biblioteca, serviço(s) mais importante(s) e sugestões para otimizar produtos e serviços disponibilizados pela Biblioteca da Faculdade de Direito da UFRGS.

Durante o período da coleta de dados, observou-se que o movimento na Biblioteca foi constante, sendo que o fluxo ocorreu nos 10 minutos de intervalo entre cada período, tanto no turno da manhã, quanto no da noite. Verificou-se também que os alunos não possuem o hábito de usar os catálogos (impresso e eletrônico) e sim, dirigirem-se diretamente às estantes para examinar as obras que lá se encontram até localizar aquelas que mais lhes convêm.

Com a aplicação da entrevista, notou-se que a grande maioria dos estudantes considera a Biblioteca parte essencial do ensino, freqüentando-a, em geral, uma ou duas vezes por semana.

O gráfico a seguir demonstra os resultados obtidos.

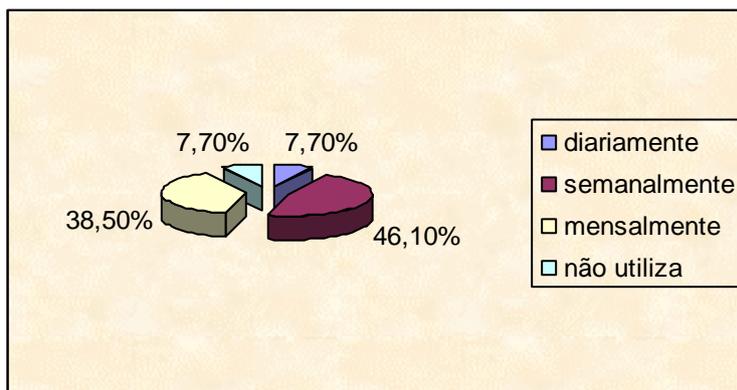


Gráfico 3 – Frequência de Uso da Biblioteca da Faculdade de Direito da UFRGS

Ao observarmos a pesquisa de Kuhlthau e Tama (2001), onde oito advogados experientes são entrevistados minuciosamente a fim da autora traçar um perfil sobre o processo de busca por informações destes profissionais, nota-se que houve unanimidade ao afirmar que o texto impresso sobrepõe-se ao eletrônico no momento de estruturarem um caso complexo. Os entrevistados afirmaram preferir textos impressos por dois motivos principais:

- a) as bases de dados de computador requerem pedidos bem específicos para recuperarem informações que lhes são pertinentes;
- b) os documentos eletrônicos disponibilizados não permitem a visualização de várias informações de uma só vez, como é o caso de muitos livros abertos ao mesmo tempo.

O estudo da autora acima citada vem confirmar os resultados obtidos quanto ao interesse dos entrevistados não só em utilizarem freqüentemente a biblioteca como também, todos os freqüentadores acharem o empréstimo domiciliar um dos serviços mais importantes prestados pela biblioteca.

Além deste serviço, outros dois entrevistados (15,4%) apontaram também o serviço de referência como importante, sendo que o Entrevistado 8 afirmou dizendo “ O empréstimo domiciliar é importantíssimo, mas de nada adianta se não

conseguirmos localizar os livros que nos interessam. O auxílio do bibliotecário é fundamental nessas horas”.

A alternativa referente a base de dados SABI, utilizada pela universidade como catálogo eletrônico das obras disponibilizadas pelas bibliotecas das faculdades da UFRGS, foi apontada por 38,5% dos entrevistados como sendo outro serviço de grande importância.

A tabela a seguir mostra os resultados obtidos, mas é importante salientar que nesta tabulação não considerou-se o entrevistado 2, o qual não respondeu à pergunta pois não utiliza a Biblioteca, e que os entrevistados podiam responder simultaneamente a tantas alternativas quanto desejassem, desde que consideradas igualmente importantes.

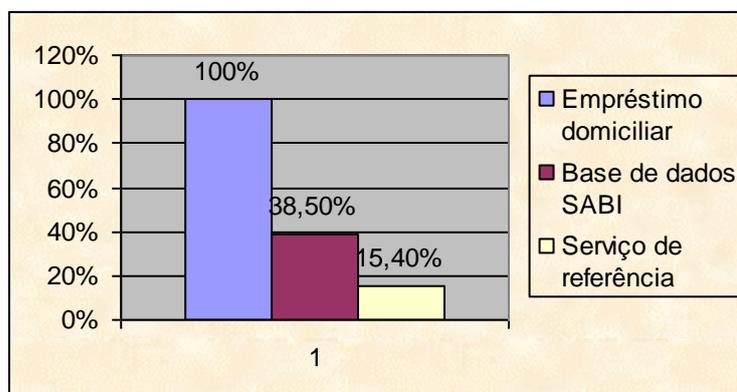


Gráfico 4 – Importância dos Serviços Prestados pela Biblioteca

Quando questionados sobre como idealizavam uma biblioteca para atender satisfatoriamente as necessidades informacionais da área jurídica, os entrevistados basearam-se na biblioteca da Faculdade de Direito da UFRGS, a qual utilizam e conseqüentemente conhecem suas vantagens e limitações.

Como a pergunta era aberta, o entrevistado tinha a possibilidade de citar vários itens e todos foram considerados, mesmo quando apontados uma única vez.

A atualização das obras é considerada por todos os freqüentadores da biblioteca como requisito básico para a otimização dos serviços desta, seguida pela

necessidade de disponibilização de outros exemplares das obras consideradas mais importantes, a fim de atender a demanda para estes documentos (3 entrevistados) e igualmente, a necessidade de ampliação do espaço físico da Biblioteca.

Maior prazo para a devolução dos itens foi apontado por 2 entrevistados, enquanto que os tópicos seguintes foram mencionados por apenas um entrevistado cada, conforme apresentado no gráfico 5.

A tabulação dos dados aqui descritos desconsiderou o entrevistado 2, que por não utilizar a biblioteca, não quis responder a esta questão e arredondou as porcentagens para melhor visualização do gráfico.

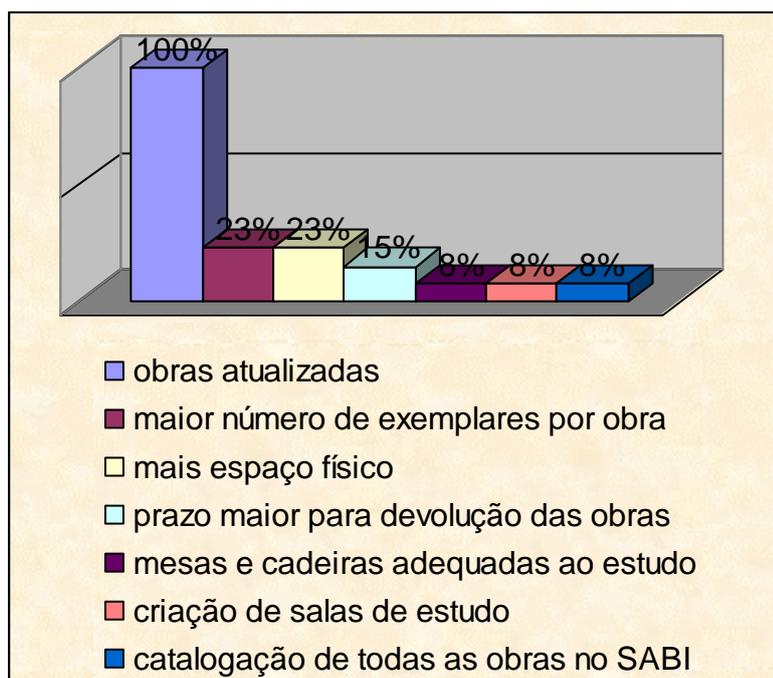


Gráfico 5 – Importância dos Serviços em Bibliotecas Jurídicas

Quanto ao grau de satisfação dos entrevistados referente às fontes consultadas nos suportes impressos, os resultados obtidos são apresentados a seguir.

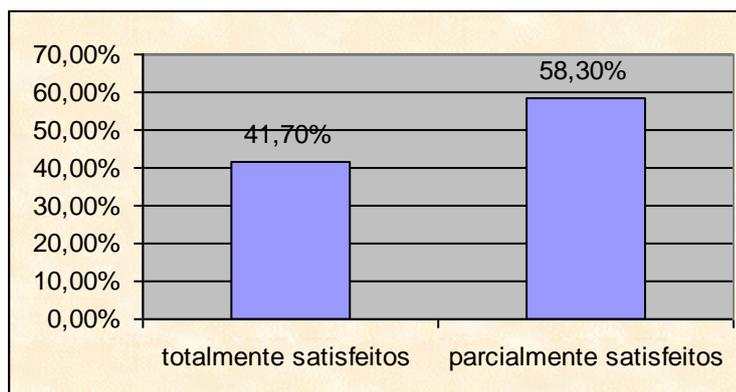


Gráfico 6 – Satisfação Quanto as Fontes Impressas

Embora nenhum dos 12 entrevistados que costumam utilizar a biblioteca tenha assinalado ser indiferente, pouco ou nada satisfeito com os materiais nela existentes, a maioria (58,3%) não estava completamente satisfeita com as fontes disponibilizadas.

Acredita-se que este resultado esteja diretamente ligado à questão onde os entrevistados expressam a importância da biblioteca disponibilizar obras mais atualizadas.

#### 4.2.2. A Internet e as Informações Eletrônicas

As questões 9 e 10 do bloco 1 foram direcionadas ao conhecimento dos hábitos dos estudantes quanto ao uso de fontes de informação eletrônicas, e para isso, questionou-se a frequência de uso da Internet para pesquisas jurídicas e quais os serviços considerados mais importantes para atender estas pesquisas.

A primeira questão indicou que todos os estudantes entrevistados pesquisam na Internet, se não diariamente (61,5%), ao menos 2 ou 3 vezes por semana (38,5%).

Este fato é compreensível quando lemos o artigo de Rezende (2003<sup>4</sup>) sobre a utilização da Internet em pesquisas jurídicas, onde a autora afirma:

Em se tratando de informação jurídica, serão encontradas cada vez mais páginas, mais serviços. Como se não bastasse os sites governamentais trazendo o que no direito é considerado primordial: no caso as leis e marginálias, também encontramos as decisões jurídicas denominadas jurisprudência dos diversos tribunais e as doutrinas. Podemos contar também com os sites jurídicos que trazem todas estas formas de informação jurídica e chats de discussão, sobre determinados temas. É possível ainda localizar acordãos na íntegra facilitando o entendimento.

Em seguida, questiona-se quais os serviços oferecidos pela Internet que os entrevistados achavam mais importantes para atender suas pesquisas e embora houvesse a possibilidade dos estudantes responderem mais de uma alternativa, somente dois serviços foram apontados: ferramentas de busca e sites especializados.

Acompanhe o gráfico a seguir.

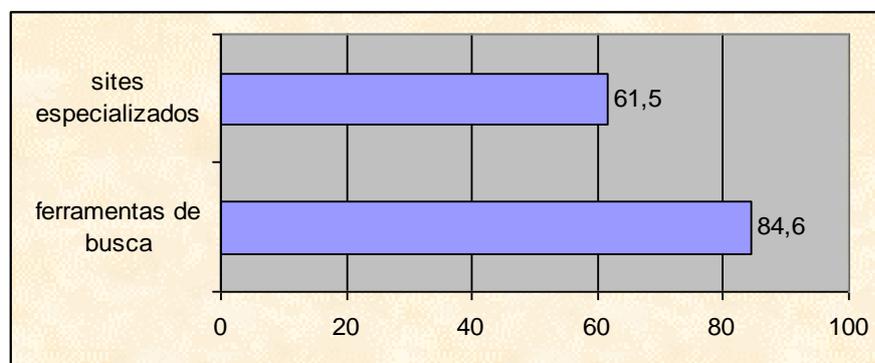


Gráfico 7 – Serviços mais importantes na Internet para Atender Pesquisas Jurídicas

As ferramentas de busca configuram-se no serviço mais utilizado pelos entrevistados na Internet, ficando os *sites* especializados em segundo lugar.

De acordo com Nancy<sup>5</sup> (2000, apud Cerezer, 2003, p.48), as ferramentas de busca:

<sup>4</sup> Documento eletrônico não paginado

<sup>5</sup> NANCY, J. R. **The etics of the click**: users and digital information in the Internet age. Libri, v.50, n.2, p.129-135, 2000.

[...] surgem como fonte fundamental de informações na rede, mesmo que os usuários da Internet não entendam bem como funciona este mecanismo em que buscam informações. Possivelmente, tentados pela facilidade de clicar, acreditam encontrar documentos atualizados, gratuitos e com facilidade, sem levar em conta os critérios para avaliação da informação recuperada.

Devido a peculiaridades de cada ferramenta, os autores Branski (2000) e Cendón (2001), aconselham o uso de mais de um mecanismo de busca, pois embora as ferramentas colem as informações basicamente do mesmo modo, os resultados podem apresentar grande diferença de um mecanismo para outro.

Cerezer (2003) em seu estudo, observou que os entrevistados desconheciam as ferramentas e suas diferenças básicas e desta maneira, nem sempre recuperavam informações relevantes a seus trabalhos.

Os sites especializados são parecidos com os motores de busca, porém não abordam informações gerais e sim, específicas (especializadas) em uma determinada área do conhecimento.

Estas fontes agilizam e facilitam a busca, pois as páginas disponibilizadas tratam apenas do assunto pesquisado.

Em relação ao grau de satisfação dos entrevistados quanto às fontes consultadas no suporte eletrônico, apresentamos os resultados no gráfico a seguir.

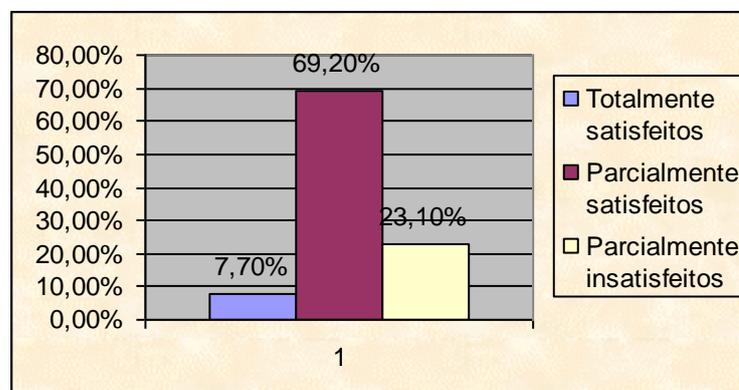


Gráfico 8 – Satisfação Quanto às Fontes Eletrônicas

A maioria dos entrevistados indica estar parcialmente satisfeita com os resultados obtidos nas buscas em fontes eletrônicas, e embora a literatura aponte para a importância da Internet na recuperação de informações, atribui-se este resultado (parcialmente) pela dificuldade de se avaliar algumas informações disponibilizadas nesta fonte, como veremos adiante.

### **4.3 Frequência de Uso, Relevância e Confiabilidade das Fontes**

Nesta parte serão analisados os dados referentes à periodicidade de uso das fontes e à importância e confiança que os entrevistados atribuem a cada uma delas.

Importante ressaltar que os espaços apresentados em branco nas tabelas a seguir, configura na falta de respostas à questão apresentada.

#### **4.3.1 Fontes de Direito**

Conforme podemos observar a seguir, as Fontes de Direito: doutrina (livros e periódicos), jurisprudência e legislação são utilizadas por 100% dos entrevistados quando apresentadas em suporte impresso. O mesmo não ocorre quando este suporte é eletrônico, pois nota-se que alguns dos entrevistados sequer utilizam estas fontes neste suporte.

<b>Fontes de Direito</b>	<b>Suporte</b>	<b>Não utiliza</b>	<b>Diariamente</b>	<b>Semanalmente</b>	<b>Mensalmente</b>	<b>Anualmente</b>
Livros	Impresso		38,5%	38,5%	23,1%	
	Eletrônico	38,5%		15,4%	07,7%	38,5%
Periódicos	Impresso		15,4%	30,8%	46,1%	07,7%
	Eletrônico	23,1%		15,4%	15,4%	46,1%
Jurisprudência	Impresso		15,4%	53,9%	23,1%	07,7%
	Eletrônico	07,7%	07,7%	38,5%	23,1%	23,1%
Legislação	Impresso		61,5%	38,5%		
	Eletrônico	15,4%	30,8%	30,8%	15,4%	07,7%

Quadro 5 – Frequência de Uso das Fontes de Direito

Segundo Kuhlthau e Tama (2001), em relação ao uso de fontes e seus respectivos suportes, todos os entrevistados expressaram preferência por textos impressos ao uso de bases de dados em computador. De acordo com os advogados entrevistados, bases de dados eletrônicas não respondem satisfatoriamente as suas necessidades informacionais para a elaboração de tarefas complexas. O sistema exige que sejam muito específicos para recuperar um determinado processo, quando eles precisam informar nome do acusado ou nome do caso, e também porque o sistema não permite visualizar grande variedade de informações de uma só vez, como acontece com os documentos impressos.

O estudo mostrou que os advogados valorizam muito a informação impressa, embora o uso de bases de dados eletrônicas não seja excluído. Um entrevistado explicou que com o texto impresso pode-se ter um grupo de documentos aberto ao mesmo tempo, olhando para o conjunto. Já nos sistemas eletrônicos cada procura é isolada, fazendo com que ele, freqüentemente, perca a linha de raciocínio e tenha de voltar ao início da pesquisa.

O gráfico que apresenta os resultados da relevância das fontes para os entrevistados, confirma os resultados descritos por Kuhlthau e Tama. As fontes de direito apresentadas no suporte impresso são, geralmente, consideradas

importantíssimas ou de muita importância, conforme podemos verificar no gráfico a seguir:

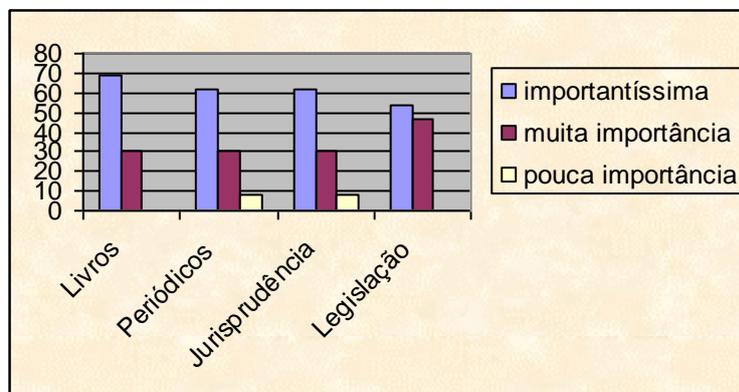


Gráfico 9 – Relevância das Fontes Impressas

O mesmo não acontece com estas fontes em suporte eletrônico, sendo que alguns entrevistados sequer utilizam-nas. Porém, é importante observar a crescente tendência ao uso das informações neste suporte.

Entre aqueles que as utilizam os resultados são bem diversificados, pois existem fontes consideradas importantíssimas e outras desnecessárias, como podemos observar no quadro a seguir.

Fontes eletrônicas	Não utiliza	Importantíssima	Muita importância	Pouca importância	Desnecessária
Livros	38,5%	7,7%	15,4%	30,8%	7,7%
Periódicos	23,1%	7,7%	30,8%	38,5%	
Jurisprudência	7,7%	61,5%	23,1%	7,7%	7,7%
Legislação	15,4%	23,1%	38,5%	7,7%	15,4%

Quadro – Relevância das Fontes Eletrônicas

A confiança atribuída a estas fontes é outra forma de se comprovar sua importância na vida acadêmica dos entrevistados. Classificadas como extremamente confiáveis ou quase sempre confiáveis, as fontes de direito apresentadas em suporte impresso, tiveram a exceção de apenas um entrevistado que atribuiu conceito de pouco confiáveis a livros e jurisprudência, enquanto que as mesmas fontes no suporte eletrônico não apresentaram o mesmo resultado.

Acompanhe o quadro logo a seguir.

<b>Fonte</b>	<b>Suporte</b>	<b>Não usa</b>	<b>Extrema- mente Confiavel</b>	<b>Quase sempre confiável</b>	<b>Pouco confiável</b>	<b>Nada confiável</b>
Livros	Impresso		38,5%	53,9%	7,7%	
	Eletrônico	38,5%	7,7%	23,1%	30,8%	
Periódicos	Impresso		38,5%	61,5%		
	Eletrônico	23,1%	23,1%	23,1%	30,8%	
Jurisprudência	Impresso		84,6%	7,7%	7,7%	
	Eletrônico	7,7%	53,9%	23,1%	7,7%	7,7%
Legislação	Impresso		84,6%	15,4%		
	Eletrônico	15,4%	30,8%	38,5%	15,4%	

Quadro 7 - Confiança nas Fontes de Direito

Atribui-se a falta de confiança nas fontes eletrônicas devido à dificuldade de se analisar a qualidade da maioria delas, como veremos no tópico 7.3, quando da análise dos critérios de avaliação para seleção de informações.

#### 4.3.2 Jornais Oficiais

O uso de jornais oficiais não é prioridade para os discentes de Direito da UFRGS, pois como pode-se observar na tabela a seguir, a maioria não utiliza esta fonte, seja no suporte em que se apresentar. O restante dos entrevistados dividiu-se na frequência de seu uso, variando do uso diário (23,1% no suporte impresso e 7,7% no eletrônico), semanal (23,1% em cada suporte), mensal (15,4% impresso e 7,7% eletrônico) ao anual (7,7% no suporte impresso e 15,4% no eletrônico).

<b>Fonte</b>	<b>Suporte</b>	<b>Não utiliza</b>	<b>Diaria- mente</b>	<b>Semanal- mente</b>	<b>Mensal- mente</b>	<b>Anual- mente</b>
Jornais oficiais	Impresso	30,8%	23,1%	23,1%	15,4%	07,7%
	Eletrônico	46,1%	07,7%	23,1%	07,7%	15,4%

Quadro 8 – Frequência de Uso dos Jornais Oficiais

De acordo com Atienza (1979, p.163) Diário Oficial “É uma publicação oficial através da qual são divulgados os atos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.”

O Diário Oficial da União (DOU) é o órgão destinado à publicação dos atos oficiais do governo federal, sendo que cada Estado também conta com seu próprio Diário Oficial, encarregado de publicar os atos dos Poderes Executivo e Legislativo daquele estado.

Leis, decretos, portarias, resoluções, ordens de serviço, termos de contrato, Editais e avisos oficiais são algumas das informações veiculadas nesta fonte.

Estes dados expressam a importância do Diário Oficial na vida profissional de advogados, mas como esta pesquisa direcionou-se para os estudantes da Faculdade de Direito da UFRGS, os dados obtidos são condizentes, uma vez que os sujeitos pesquisados ainda estão se preparando para a vida profissional.

Porém, ao analisarmos a relevância desta fonte para os entrevistados que a utilizam, verificamos que a maioria considera que os jornais são muito importantes.

No gráfico a seguir, os percentuais foram arredondados para melhor visualização .

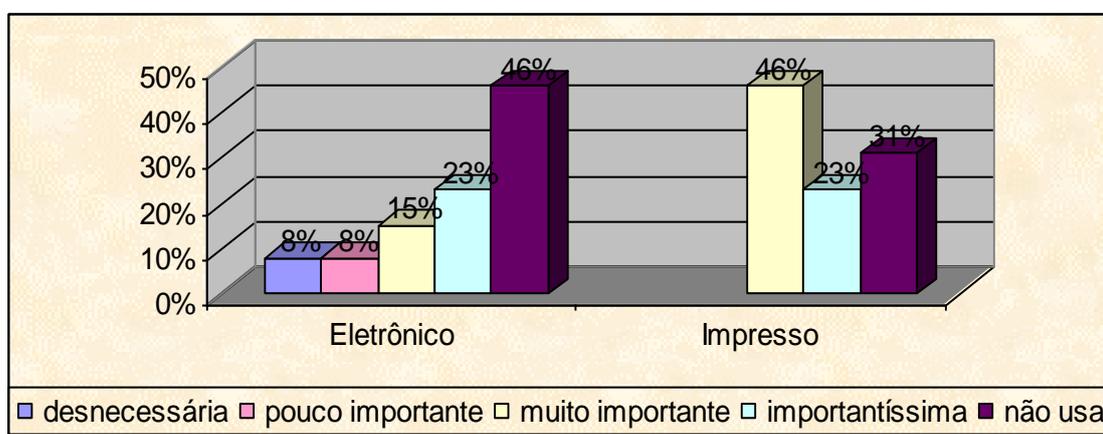


Gráfico 10 – Relevância dos Jornais Oficiais Para a Pesquisa Jurídica

Entre os usuários desta fonte, a maioria confia totalmente nos exemplares impressos (46,1%), enquanto que nos eletrônicos apenas dois entrevistados confiam (15,4%).

#### 4.3.3 Fontes Pessoais

Neste estudo, foram consideradas fontes pessoais as listas de discussão, o correio eletrônico, eventos e pessoas.

<b>Fontes Pessoais</b>	<b>Não utiliza</b>	<b>Diariamente</b>	<b>Semanalmente</b>	<b>Mensalmente</b>	<b>Anualmente</b>
Lista de discussão	53,9%	07,75	07,7%	07,75	23,1%
Correio eletrônico	30,8%	38,5%	15,4%	07,7%	07,7%
Pessoas	30,5%	07,7%	30,8%	15,4%	07,7%
Eventos	15,4%	07,7%	07,7%	07,7%	61,5%

Quadro 9 – Frequência de Uso das Fontes Pessoais

Campello (2000, p. 55) afirma que “[...] os contatos pessoais individuais – face a face, por correspondência, telefone e hoje, cada vez mais freqüentemente, através do correio eletrônico – são comuns no processo de comunicação [...]”. A autora afirma ainda que os eventos são considerados pelos pesquisadores como importantes contatos pessoais e que as listas de discussão na Internet estão aumentando diariamente.

A maior parte dos entrevistados (53,9%) não utilizou nenhuma vez as listas de discussões enquanto que 3 deles são assinantes de listas sobre algum assunto relacionado à área jurídica. Três entrevistados afirmam já ter participado uma vez de listas, mas o maior interesse era conhecer esta ferramenta e portanto já não fazem mais parte destas, embora não descartem a possibilidade de virem recorrer novamente a esta fonte se acharem necessário.

A maioria dos usuários desta fonte (23,1%) a considera de pouca importância e pouco confiável (30,8%), mas Campelo (2000) explica que o volume de comunicação via listas de discussão na Internet está aumentando significativamente e atribui algumas vantagens para isso:

- a) possibilidade de acesso informal a um grande número de informações;
- b) interação facilitada e rápida que permite compartilhar idéias, críticas e sugestões;
- c) oportunidade de descobrir pesquisadores com os mesmos interesses.

O correio eletrônico não é utilizado por 30,8% dos entrevistados enquanto que a mesma porcentagem o utiliza diariamente e 15,4% ao menos uma vez por semana. Embora 30,8% atribua pouca importância ao seu uso, o restante dos entrevistados o considera muito importante como fonte de informação.

Segundo Ferreira (1997, p.2) “O correio eletrônico [...] constitui o principal veículo para a troca de mensagens entre pessoas ligadas a rede. É mais barato e mais rápido (é praticamente instantâneo) que o correio normal. O autor salienta ainda para as vantagens multimídias da mensagem, onde além do texto, pode-se acrescentar imagens, sons, vídeo, etc.

Quanto à confiança dos entrevistados nesta fonte, observe o gráfico logo a seguir.

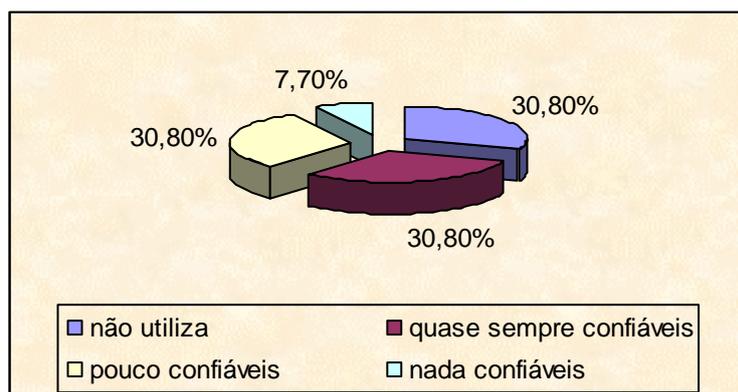


Gráfico 11 – Confiança nas Informações por *e-mail*

Bojart (1998<sup>6</sup>) afirma ainda que “Outro recurso interessante são os *clippings* jurídicos eletrônicos, um resumo de notícias publicadas nos jornais do dia, enviado gratuitamente por *e-mail* para os usuários cadastrados.”

No que diz respeito à participação em congressos, seminários, palestras e outros eventos na área, a maioria dos entrevistados disse participar, se possível, ao menos uma vez ao ano (61,5%). Eles buscam se atualizar aproveitando o contato pessoal com palestrantes e participantes dos eventos. Dois entrevistados afirmam nunca terem participado de nenhum tipo de evento e outros 3 dizem fazê-lo com freqüência (consideram palestras e apresentações de trabalhos de professores e outros colegas como eventos), pois podem aproveitar a oportunidade para se atualizarem das novidades daquela área.

Campello (2000, p.56) ressalta que “A grande quantidade de eventos de caráter científico que ocorrem atualmente em todas as áreas do conhecimento mostra que o encontro pessoal ainda é uma forma de comunicação que muito agrada aos cientistas e pesquisadores.”

Os eventos jurídicos crescem na mesma proporção. É o reflexo de profundas transformações que ocorrem a nível nacional e internacional.

<sup>6</sup> Documento eletrônico não paginado

O fenômeno da globalização aliado a constantes emendas à Constituição, demandam rediscussão de temas jurídicos fundamentais, exigindo constantes eventos que debatam os temas atuais. (AUDITAR, 2003).

Esta mesma fonte oferece como exemplo o Congresso Brasileiro de Direito Público, realizado dias 06 e 07 de novembro do ano de 2003, na cidade de São Paulo, e que reuniu renomados professores para falar de temas sobre: soberania, globalização, telecomunicações, coisa julgada, remuneração e previdência de servidores públicos e perspectivas do direito no século XXI, entre outros.

Embora os eventos sejam importante fonte de informações pessoais e institucionais, demandam tempo e recursos financeiros, motivo pelo qual associa-se o baixo percentual de uso desta fonte. Mas quando entrevistados, os estudantes reconheceram sua importância, como podemos observar no gráfico abaixo.

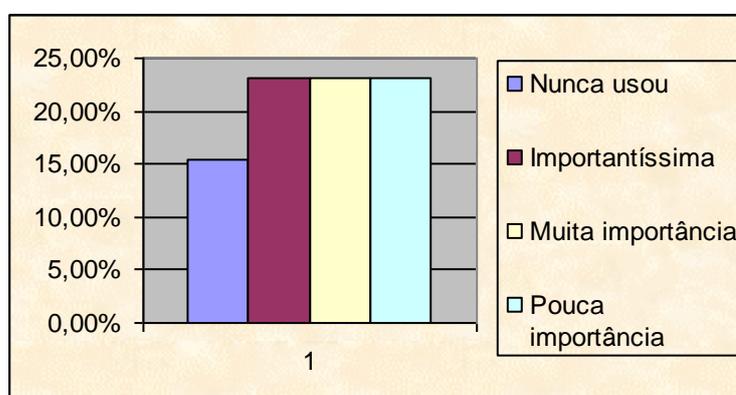


Gráfico 12 – importância das Informações Disponibilizadas em Eventos

Quanto à confiança que os entrevistados depositam nas informações geradas em eventos, 15,4% confiam totalmente, 38,5% dizem ser quase sempre confiáveis e 30,8% acham pouco confiáveis.

Quando questionados sobre a frequência de uso das fontes pessoais, o investigador explicou tratar-se de comunicação face-a-face, onde o entrevistado se

encontrava fisicamente com o entrevistado que lhe fornecesse informações pertinentes ao estudo realizado.

A utilização desta fonte para busca de informações jurídicas não acontece para 38,5% dos entrevistados ao passo que, 30,8% costumam consultar amigos, colegas e conhecidos pelo menos uma vez por semana.

Meadows (1999), em seu estudo, conclui que as conversas de cientistas com colegas iguala-se ao uso de livros e periódicos como método de obtenção de informações.

A relevância e confiança nas informações disponibilizadas por esta fonte são apresentadas a seguir.

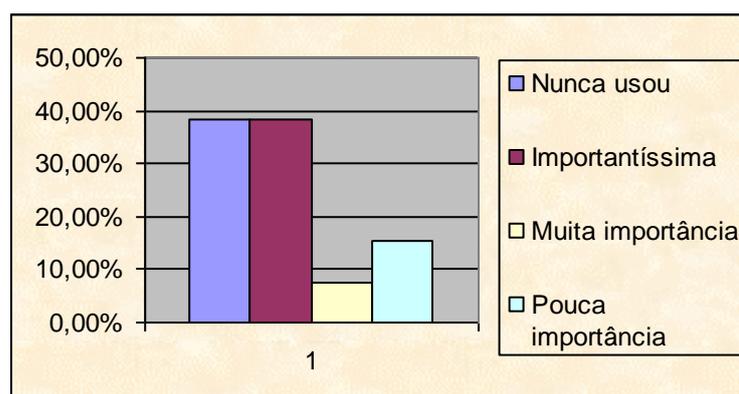


Gráfico 13 – Relevância das Fontes Pessoais de Informação

Quanto a confiança que os alunos apresentam nas informações obtidas por meio desta fonte, excluindo-se aqueles que não a usam, os resultados são bem diversificados. O percentual daqueles que consideram pessoas como fonte de informações extremamente confiáveis e pouco confiáveis foi o mesmo (23,1% para cada), enquanto que outros 15,4% consideram pouco confiáveis. No geral, verifica-se que os alunos não costumam confiar nesta fonte.

#### 4.3.4 Bases de Dados Eletrônicas

Diferentemente de uma base de dados em CD-ROM, uma base de dados *on-line* não está fisicamente disponível ao usuário.

Conforme Vergueiro (1997), as bases de dados em rede são acessadas pelo computador através de um modem e uma linha telefônica, permitindo ao usuário fazer consultas sem fronteiras geográficas e de forma ágil e rápida.

Questionados sobre a frequência do uso de bases de dados na Internet, a maioria dos entrevistados afirmou não utilizar esta fonte, enquanto que 30,8% disseram realizar pesquisas todas as semanas. Os três estudantes restantes se dividiram nas alternativas de uso diário, mensal e algumas vezes por ano.

<b>Bases de dados</b>	<b>Não utiliza</b>	<b>Diariamente</b>	<b>Semanalmente</b>	<b>Mensalmente</b>	<b>Anualmente</b>
<i>On-line</i>	46,1%	07,7%	30,8%	07,7%	07,7%
CD-ROM	46,1%		23,1%		30,8%

Quadro 13 –Frequência de Uso das Bases de Dados Eletrônicas

Segundo Rezende (2000) a Internet é uma poderosa fonte de informações, pois através dos diversos serviços que disponibiliza possibilita acesso rápido e eficiente a uma enorme quantidade de bases de dados e também a acervos de várias instituições e bibliotecas.

A questão relativa à relevância do uso das bases de dados na Internet, indicou que 46,1% dos entrevistados não tem o hábito de usá-la, enquanto 30,8% acham importantíssimo seu auxílio na localização de informações jurídicas. Dois entrevistados (15,4%) atribuem muita importância às bases de dados e apenas um (7,7%) pouca importância.

A confiança dos entrevistados nesta fonte é apresentada no gráfico a seguir.

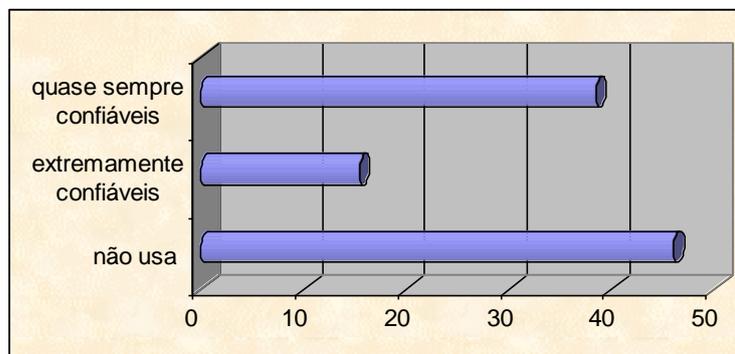


Gráfico 14 – Confiança dos Entrevistados nas Bases de Dados Eletrônicas

Quanto ao uso de bases de dados em CD-ROM, considerado atualmente como importante instrumento de informação devido à sua capacidade para armazenar grande volume de dados, observou-se que a maioria dos entrevistados nunca utilizou esta fonte (46,1%) ou utilizou-a apenas uma ou duas vezes (30,8%). Apenas 3 entrevistados fazem uso deste recurso semanalmente (23,1%), seja para consultar enciclopédias, dicionários, modelos de formulários e/ou bases de dados de toda e qualquer área que se relacione ao assunto tratado no momento.

Rezende (2000) afirma que o CD-ROM já está sendo amplamente utilizado pelos tribunais superiores para armazenar e disponibilizar o acesso a bancos de dados de interesse público.

Quando questionados sobre sua relevância para a pesquisa jurídica, 6 entrevistados (46,1%) alegaram nunca tê-lo usado, 1 entrevistado (7,7%) acredita que seu uso é importantíssimo e os outros 6 dividiram-se igualmente por ser muito importante (23,1%) e pouco importante (23,1%).

Embora a importância do CD-ROM apresente controvérsia entre a opinião dos entrevistados, a maioria daqueles que o utilizam, confiam nas informações disponibilizadas por ele.

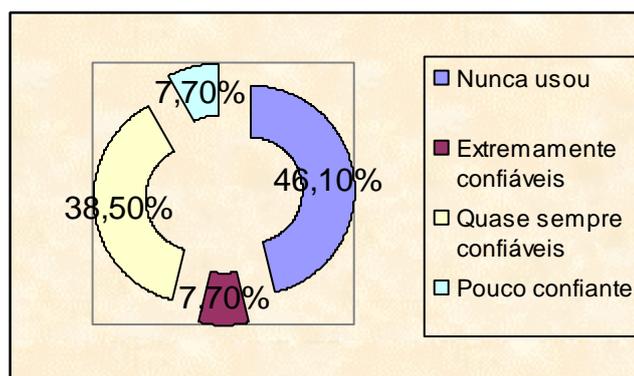


Gráfico 15 – Confiança nas Informações em CD-ROM

Vergueiro (1997, p.52) afirma:

Bases de dados em CD-ROM podem ser utilizadas como auxílio de variado número de opções, que facilitam a recuperação de informações. Entre elas estão as buscas por assuntos, por números de classificação, nome de autores, títulos, palavras-chave, datas, etc. Ademais, os termos de busca podem ser combinados utilizando-se a lógica booleana, do que resultam estratégias muito mais precisas do que as realizadas em bases de dados impressas.

Porém Cendón (2000, p.228) ressalta que “Nas bases *on-line*, as informações são atualizadas mais freqüentemente que nas versões impressas ou em CD-ROM, garantindo o acesso à informações mais recentes.”

Diante do exposto, verifica-se que cabe ao usuário definir qual suporte atenderá melhor suas necessidades.

#### 4.3.5 Trabalhos Acadêmicos

Observou-se que esta fonte não é utilizada pela maioria dos entrevistados (62,9%), sendo que aqueles que a utilizam dividem-se em uso semanal (15,4%) e uso mensal (15,4%).

Segundo a NBR14724 – Apresentação de trabalhos acadêmicos (2002), estes trabalhos representam o resultado de um estudo específico, definido pelo

aluno, relacionado à disciplina, curso ou programa e elaborado sob a coordenação de um orientador. Sendo assim, entende-se que esta fonte disponibiliza informações relevantes e de qualidade, contribuindo para futuros estudos relacionados ao tema.

A confiança que os entrevistados atribuem a esta fonte é apresentada no gráfico a seguir.

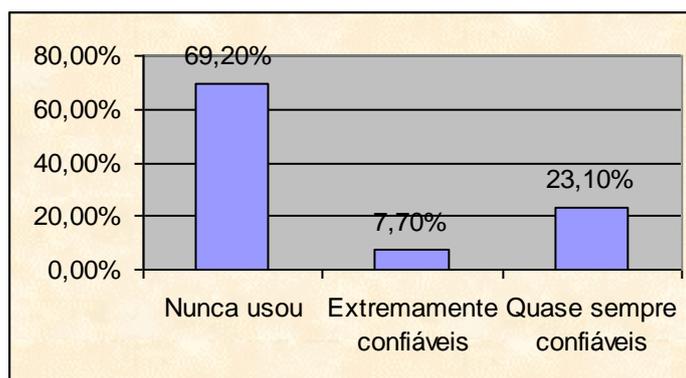


Gráfico 16 - Confiança nas Informações de Trabalhos Acadêmicos

Entre aqueles que utilizam os trabalhos acadêmicos como subsídio informacional para suas pesquisas, a relevância atribuída a esta fonte é de muita importância (30,8%). Porém, conforme já mencionado anteriormente, destaca-se o alto percentual de não utilização desta fonte (69,2%),

Na última alternativa perguntou-se aos estudantes se eles lembravam o uso de alguma outra fonte, sendo que dois alunos apontaram o uso de sites especializados.

Este tópico não será discutido pois já foi abordado anteriormente.

#### 4.4 Critérios de Avaliação Para Seleção de Documentos Informacionais

Na questão referente à adoção de critérios para a seleção de informações, solicitou-se aos entrevistados utilizarem a escala proposta (ver apêndice) para indicar a importância atribuída a cada critério. Os espaços apresentados em branco em alguns campos, configura-se na falta de respostas aos mesmos.

Critérios	Biblioteca				Internet			
	Sempre	Geral- mente	Rara- mente	Nunca	Sempre	Geral- mente	Rara- mente	Nunca
Autoridade	69,2%	30,8%			53,8%	23,1%	23,1%	
Precisão	61,5%	38,5%			61,5%	23,1%	15,4%	
Atualização	61,5%	38,5%			84,6%	15,4%		
Idioma	84,6%	15,4%			53,9%	30,8%	15,4%	
Relevância	84,6%	07,7%	07,7%		69,2%	23,1%	07,7%	
Cobertura	23,1%	61,5%	15,4%		46,1%	38,5%	15,4%	
Metainformação	15,4%	15,4%	69,2%		15,4%	15,4%	69,2%	
Custo	53,8%	23,1%	15,4%	07,7%	61,5%	15,4%	23,1%	
Imparcialidade	15,4%	53,8%	30,8%		15,4%	76,9%	07,7%	
Conveniência	30,8%	61,5%	07,7%		30,8%	69,2%		
Navegação					30,8%	61,5%	07,7%	
Hiperlinks					07,7%	61,5%	12,5%	07,7%
Recomendação De prof.	69,2%	30,8%			46,1%	46,1%	07,7%	
Citação de Autores	23,1%	30,8%	46,1%		23,1%	23,1%	46,1%	07,7%

Quadro 14 – Uso de Critérios de Avaliação Para Seleção das Informações

A literatura existente sobre critérios de avaliação é vasta, principalmente quanto as fontes eletrônicas, sendo que estes critérios derivam daqueles para as fontes impressas, acrescidos porém, com algumas adaptações para o novo suporte.

Estes critérios são fundamentais para garantir que as informações recuperadas sejam precisas às necessidades do usuário e que as utilizadas na pesquisa apresentem qualidade e confiabilidade.

Observando e analisando os resultados obtidos na coleta de dados, verifica-se que o critério mais importante para os estudantes de Direito da Faculdade pesquisada é a atualização das informações, seja no suporte impresso ou eletrônico. Esse critério é examinado por 100% dos entrevistados, quando não sempre, geralmente.

De acordo com Atienza (1979, p.19) “Para que as informações atendam, realmente, a seus objetivos precípuos, a documentação jurídica deverá ser apoiada em elementos de pesquisa colhida em documentos complexos e atualizados [...]”.

Este é o caso das informações coletadas para a elaboração de um processo, onde a legislação muda constantemente e o advogado necessita acompanhar estas novas decisões. Se o profissional não se basear na legislação em vigor, corre o risco de perder a causa que está defendendo por não pautar suas decisões nas normas vigentes aplicáveis ao caso em questão.

Autoridade, precisão, idioma, relevância e custo são outros critérios que a maioria dos entrevistados utilizam sempre. A autoridade, critério utilizado sempre por 69,2% e 53,8% em materiais impressos e eletrônicos respectivamente, busca conferir a reputação do produtor do documento. Segundo Vergueiro (1997, p.21) “[...] o fato de um autor ter produzido materiais de qualidade no passado é um indicador razoavelmente confiável de sua produção futura.”

Oliván, Ullate e Ruiz (1999) acreditam que a falta de identificação do autor em uma informação, evidencia que a fonte não apresenta credibilidade. Os autores aconselham a não se utilizar documentos que não apresentem autoria, pois não é possível avaliar a qualidade de algo que não se pode verificar.

A precisão que refere-se à exatidão das informações prestadas é critério utilizado sempre por 61,5% dos entrevistados. Vergueiro (1997) observa que nem sempre é fácil verificar este critério, sendo que muitas vezes uma informação aparentemente correta, pode evidenciar erros primários. O autor relaciona como exemplo, a leitura que fez certa vez em uma enciclopédia de histórias em quadrinhos, onde um amigo desenhista com quem estivera na semana anterior era descrito como falecido havia mais de dois anos.

O idioma constitui-se em outro critério muito utilizado, sendo que 84,6% dos entrevistados sempre conferem se a língua do documento impresso lhe é acessível.

Para documentos eletrônicos este percentual cai para 53,9%. Atribui-se esta característica à facilidade de se encontrar ferramentas de tradução de texto na rede, assim como, a disponibilização, em alguns endereços, de um mesmo documento em várias línguas.

Relevância, ou a utilidade da informação para o pesquisador é critério utilizado sempre em fontes impressas por 84,6% dos entrevistados e por 62,9% nas fontes eletrônicas. De acordo com Oliván, Ullate e Ruiz (1999, p.108) “*Este es un criterio totalmente subjetivo que debe responder únicamente el usuario.*”

Por custo entende-se “[...] qualquer elemento necessário para o acesso à informação: tempo, energia, custos de acesso, custos de uso, custos de serviço diferenciados, entre outros.” (Tomaél, et al, 2001, p.9).

Este critério é sempre utilizado pela maioria dos entrevistados, seja em fontes impressas ou eletrônicas.

Outros critérios também foram apontados para os entrevistados e as respostas a cada um deles pode ser conferida no quadro 14 que se encontra no início deste tópico.

Cabe ainda ressaltar dois indicadores muito utilizados por alunos na busca de informações: recomendações de professores e citações de autores.

Embora não seja considerada pela literatura como critério, grande número de estudantes busca a bibliografia indicada pelos professores como parâmetro para manter a qualidade das informações que utiliza em suas pesquisas.

As fontes recomendadas por professores quando apresentadas no suporte impresso são consideradas sempre por 69,2% dos entrevistados, enquanto que o restante (30,8%) costuma utilizar as indicações geralmente.

No suporte eletrônico, com exceção de um entrevistado que alegou utilizar raramente este recurso como critério de qualidade, os demais dividiram-se igualmente em utilizá-lo sempre ou geralmente.

Consultar documentos citados pelo autor de uma informação considerada relevante e pertinente é outra forma de se manter a qualidade dos documentos pesquisados, embora este recurso não seja muito utilizado pelos entrevistados.

O certo é que existe um grande número de critérios que podem ser utilizados para selecionar as informações de qualidade. Cabe ao pesquisador definir quais os critérios que serão adequados para selecionar as informações que farão parte do seu estudo ou trabalho.

## **5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES**

Este estudo identificou as características da busca, seleção e recuperação de informações jurídicas realizadas pelos alunos da Faculdade de Direito da UFRGS. Seu objetivo foi identificar fontes, detectar barreiras, verificar o uso de critérios de avaliação para seleção de informações de qualidade e tanto quanto possível, analisar satisfações e necessidades deste grupo particular de usuários da informação.

O trabalho parte do pressuposto de que saber recuperar informações pertinentes é essencial a qualquer indivíduo que deseje preencher uma lacuna informacional, principalmente na área jurídica, onde as decisões tomadas se baseiam totalmente nas informações que norteiam o processo.

Através da análise dos dados obtidos, observou-se algumas características comuns entre os entrevistados e estudos sobre profissionais desta área, principalmente a preferência por informações impressas (Kuhlthau e Tama, 2001). A Internet e fontes pessoais também são utilizadas como recurso informacional, porém não na mesma proporção da primeira, pois a falta de confiabilidade nestas últimas duas fontes é bastante grande.

Entre os motivos de busca por informações, o mais apontado pelos entrevistados é para realizar um trabalho acadêmico. Esta busca ocorre, na maioria

das vezes, pessoalmente, pois os alunos consideram não ter dificuldades para recuperar informações pertinentes às suas necessidades.

Constatou-se o interesse dos entrevistados em uma disciplina que os auxiliasse na recuperação de informações relevantes e de qualidade para a elaboração de suas atividades. Nenhum dos entrevistados mostrou-se plenamente satisfeito ao realizar suas buscas em fontes eletrônicas, o que pode significar que os alunos não possuem experiência em utilizar eficientemente os recursos disponíveis na rede.

As buscas efetuadas pelos entrevistados na Internet acontecem através de dois serviços: ferramentas de busca e *sites* especializados. A utilização das ferramentas de busca permitem a recuperação de diferentes tipos de informação, enquanto que os sites especializados agilizam a busca, disponibilizando apenas informações referentes ao assunto tratado.

Conclui-se que um dos motivos pelos quais os alunos não priorizam o uso de fontes eletrônicas deve-se ao fato da dificuldade em identificar a confiabilidade e atualização das informações coletadas neste suporte.

Quanto às fontes de informação, podemos concluir que:

- a) fontes de direito: livros e periódicos da área jurídica, legislação e jurisprudência, são fontes utilizadas por todos os entrevistados quando apresentadas no suporte impresso, sendo que a maioria dos alunos as considera importantíssimas e extremamente confiáveis para subsidiar uma pesquisa na área. No suporte eletrônico nem todos os entrevistados utilizam estas fontes e entre os que as utilizam, consideram somente a legislação e jurisprudência importantes e confiáveis;

- b) jornais oficiais: o estudo constatou que a maioria dos entrevistados não costuma utilizar esta fonte. Entre aqueles que a utilizam no suporte impresso, a maioria considera as informações disponibilizadas como importantes e confiáveis. Na versão eletrônica a maioria dos alunos questiona a confiabilidade desta fonte, embora a considere muito importante;
- c) fontes pessoais: as listas de discussão não são utilizadas pela maioria dos entrevistados, ao contrário dos *e-mails* que os alunos usam diariamente, sem no entanto considerar as informações disponibilizadas no correio eletrônico importantes para o estudo jurídico. A maioria dos entrevistados recorre semanalmente a pessoas conhecidas ou da área para obter informações, porém enquanto consideram esta fonte importantíssima, dividem opiniões sobre sua confiança, atribuindo igualmente conceitos de extremamente confiáveis e pouco confiáveis. A consulta a eventos na área jurídica ocorre, geralmente, uma vez por ano. Os entrevistados consideram esta fonte muito importante e as informações advindas dela como quase sempre confiáveis;
- d) bases de dados eletrônicas: a maioria dos alunos não utiliza bases de dados, seja *on-line* ou em CD-ROM. Entre aqueles que as utilizam, consideram-nas muito importantes para a pesquisa jurídica;
- e) trabalhos acadêmicos: não é costume entre os entrevistados consultar as informações disponibilizadas por esta fonte, embora a maioria considere-a muito importante e quase sempre confiável para subsidiar a pesquisa jurídica.

Quanto ao uso de critérios para avaliar e selecionar informações para suas atividades, observou-se que o critério mais importante para os entrevistados é a atualização das informações. Autoridade, precisão, idioma e custo seguem-se ao primeiro e a recomendação de literatura elaborada pelos professores é considerada pela maioria dos alunos como indicador da qualidade destas.

A partir da conclusão apresentada, sugere-se, a seguir, algumas recomendações para o curso de Direito, para a Biblioteca e para a Biblioteconomia, respectivamente:

- a) implantar no currículo dos entrevistados, atividades que divulguem métodos de busca, seleção e recuperação de informações de qualidade;
- b) incentivar o interesse destes usuários na utilização da Internet como fonte de informação e divulgar junto a este público os trabalhos acadêmicos, enfatizando seu emprego para subsidiar informações relevantes;
- c) realizar novos estudos na área de busca de informação na área jurídica.

A partir da análise de dados, observou-se que ao encerrar uma questão proposta, outras indagações eram abertas. Como o método de coleta de dados não previu um novo encontro com os entrevistados, não foi possível a retroalimentação, ficando estas questões a serem trabalhadas em uma outra oportunidade.

Diante deste quadro, sugere-se que um novo estudo seja feito, de forma a não só preencher as lacunas que apareceram no decorrer deste trabalho, mas também confirmar os resultados aqui descritos.

Para tanto, recomenda-se o estudo de caso como metodologia a ser aplicada neste tipo de estudo, o qual garante ao investigador não só entrevistar os sujeitos tantas vezes quanto considerar necessário, como observá-los ao longo da coleta de dados. Acredita-se que assim será possível preencher as lacunas que surgiram no decorrer deste estudo.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Cecília Andreotti Atienza. A informação jurídica face às comunidades da área do Direito e a dos fornecedores de informação jurídica. In: CIBERÉTICA, I – Simpósio Internacional de Propriedade Intelectual, Informação e Ética. Florianópolis, SC, 19 a 21 de novembro de 1998. 37p.

ANDRADE, D. C. Necessidades de Informação dos Usuários de Bibliotecas Universitárias Brasileiras. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 4., 1985, Campinas. Anais...Campinas, UNICAMP, 1985. P.13-38.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR14724**: Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ATHENIENSE, Alexandre. Advocacia e informática: redefinindo conceitos na advocacia no final do século. **Boletim Jurídico Travelnet**. Disponível em: <<http://www.travelnet.com.br/jurídica/art31a96.htm>> . Acesso em: 16 jul. 2003.

ATIENZA, Cecília Andreotti. **Documentação Jurídica**: introdução à análise e indexação de atos legais. Rio de Janeiro, Achiamé, 1979. 266p.

AUDITAR. Congresso Brasileiro de Direito Público. Disponível em <<http://www.auditar.org.br/eventos/eventos.asp?eventos=2460>> Acesso em: 04 nov. 2003.

BARITÉ, Mario Guido, CHAVES GUIMARÃES, José Augusto. **Guía Metodológica para el Acceso, el Análisis y la Organización Temática de Documentos Jurídicos**. Montevideo: Universidad de la República, Comisión Central de Educación Permanente, 1999. 161p.

BLATTMANN, U., FACHIN, G.R.B., RADOS, G.J.V. Recuperar a informação eletrônica pela Internet. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina. Florianópolis, v.4, n.4, p.9-27, 1999.

BLATTMANN, Ursula, TRISTÃO, Ana Maria Delazari. Internet como instrumento de pesquisa técnico-científica na engenharia civil. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina. Florianópolis, v.4, n.4, 1999. P.28-44.

BOJART, L.E.G. Recursos Jurídicos na Internet. Palestra virtual proferida no **1º Seminário Brasileiro de Divulgação Jurídica**, evento realizado totalmente via Internet, em janeiro de 1998. Disponível em <<http://www.jus.com.br>> Acesso em: 23 jul. 2003.

BRANSKI, Regina Meyer. Localização de informações na Internet: características e formas de funcionamento dos mecanismos de busca. **Transisformação**, v.12, n.1, p.11-19, jan./jun. 2000.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Encontros Científicos. In: CAMPELLO, Bernadete Santos, CENDÓN, Beatriz Valadares, KREMER, Jeannette Marguerite (org.) **Fontes de Informação Para Pesquisadores e Profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. Cap. 4, p.55-71.

CAMPOS, Arnaldo. **Breve História do Livro**. Porto Alegre: Mercado Aberto/Instituto Estadual do Livro, 1994. 240p.

CATEDRAIS de Papel: uma viagem por algumas das melhores bibliotecas do mundo ajuda a entender porque o livro é a criação mais valiosa do homem. **Superinteressante**. São Paulo, ano 6, n.2, p.50-57, fev. 1992.

CENDÓN, Beatriz Valadares. Ferramentas de busca na web. **Ciência da Informação**. Brasília, v.30, n.1, p.39-49, jan./abr. 2001.

CENDÓN, Beatriz Valadares. Serviços de Indexação e Resumo. In: CAMPELLO, Bernadete Santos, CENDÓN, Beatriz Valadares, KREMER, Jeannette Marguerite (org.) **Fontes de Informação Para Pesquisadores e Profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. Cap. 16, p.217-248.

CEREZER, Patrícia Guariglia Souza. **Características do Comportamento de Busca de Informações na Internet Realizado pelos Alunos da Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre**. 2003. 74f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

COMO Achar as Informações na Web. Disponível em <<http://www.comtexto.com.br/telaguiacomempwebcomoachar.htm>>. Acesso em: 16 ago. 2003.

DALLA ZEN, Ana Maria. **Introdução à Prática da Pesquisa**. Porto Alegre, UFRGS, 1999. 63p. Polígrafo.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 508p.

E-DIMENSÃO. Operadores lógicos. Disponível em <[http://www.e-dimensao.com.br/Divulgacao/Mediaweb/Sistemabusca/s\\_busca3.asp](http://www.e-dimensao.com.br/Divulgacao/Mediaweb/Sistemabusca/s_busca3.asp)> Acesso em: 02.jan. 2004

FERREIRA, E.M.F.C. Fontes de informação na Internet para controlo e automação. In: **Robótica e Automação**, [s.l.], n,27, p.24-29, maio 1997. Disponível em <<http://www.deb.uminho.pt/ecferreira/rob-auto/artigo.htm>> Acesso em 23 jul. 2003.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Estudos de Uso e Usuários da Informação**. Brasília, IBICT, 1994. 154p.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. As novas tecnologias: previsões e realidade. **Ciência da Informação**. Brasília, v.24, n.1, p.39-49, jan./abr. 1995.

GILL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 159p.

GILL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206p.

KUHLTHAU, C.C., TAMA, S.L. Information search process of lawyers: a call for 'just for me' information services. In: **Journal of Documentation**. v.57, n.1, p.25-43, jan. 2001.

KREMER, Jeannete Marguete. Estratégias de busca. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.14, n.2, p.187-220, set. 1985.

LACRUZ, Carmem Agustín, ESCOLÁ, Mercedes Munoz. Nuevos usuarios, nuevos documentos. **Scire**. Espanha, v.3, n.1, p.75-86, ene./jun. 1997.

LAKATOS, Eva Maria, MARKONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999. 270p.

LEMONS, Antônio Agenor Briquet de. Bibliotecas. In: CAMPHELLO, Bernadete Santos, CALDEIRA, Paulo da Terra, MACEDO, Vera Amália Amarante (org). **Formas e**

**Expressões do Conhecimento:** introdução às fontes de informação. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998, p.345-366.

LIMA, Evandro. Estudo preliminar sobre necessidades de informação dos magistrados do TRT 4ª Região. **Praxis Biblioteconômica**. Porto Alegre, v.4, n.2, p.91-100, dez. 2000.

LOPEZ, Ilza Leite. Estratégia de busca na recuperação da informação: revisão da literatura. **Ciência da Informação**, Brasília, v.31,n.2, p.60-71, maio/ago. 2002.

LUCK, Ester Hermes. **Estudos e Pesquisas**. Niterói: EDUFF, 1995. 84p.

MEADOWS, A.J. **A Comunicação Científica**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999. 268p.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica:** a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 237p.

MOSTAFA, S. P., LIMA, A. B. A., MARANON, E. I. M. Paragigmas teóricos da biblioteconomia e ciência da Informação. **Ciência da Informação**. Brasília, v.21, n.3, p.216-222, set./dez. 1992.

OLIVÁN, J.A.S., ULLATE, J.M.A., RUIZ, M.J.F. Critérios para evaluar la calidad de las fuentes de información en Internet. **Scire**. Espanha, v.5, n.2, p.99-113, jul./dic. 1999.

PASSOS, Edilenice. Bibliotecário Jurídico: seu perfil, seu papel. Disponível em <<http://www.infolegis.com.br/perfilbibjuridico.htm>> Acesso em 21 ago. 2003. 3p.

PASQUARELLI, Maria Luiza Rigo. **Procedimentos para busca e uso da informação:** capacitação do aluno de graduação. Brasília: Thesaurus, 1996. 88p.

RABELLO, Odília Clark P. Usuário: um campo em busca de sua identidade? **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**. Belo Horizonte, v.12, n.1, p.75-87, mar. 1983.

REZENDE, Ana Paula de. Centro de informação jurídica eletrônica e virtual. **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n.1, p.51-60, jan./abr. 2000.

REZENDE, Ana Paula de. Utilizando a Internet em pesquisas jurídicas. Disponível em <<http://www.cbeji.com.br/artigos/artigos.htm>> Acesso em: 18 set.2003.

SANZ CASADO, Elias. **Manual de Estudos de usuários**. Madri: Fundación Germán Sanches Ruipérez, 1994. 288p.

SARTORI, Salete Maria. Uma avaliação de *sites* da área jurídica na Internet. **Praxis Biblioteconômica**. Porto Alegre, v.3, n.1, p.77-88, jul. 1999.

TOMAÉL, Maria Inês, et al. Avaliação de fontes de informação na Internet: critérios de qualidade. **Revista Informação e Sociedade**, João Pessoa, v.11, n.2, p.1-14, 2001.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de lemos/livros, 1997. 126p.

ZANETTI, Robson. A Internet em benefício do acesso a informação jurídica. Disponível em <<http://www.serranoneves.nom.br/cgd/011201/13a024.htm>> Acesso em: 04 set. 2003.

## **APÊNDICE**

### **Formulário de Coleta de Dados**

## BLOCO 1 – CARACTERÍSTICAS DO COMPORTAMENTO DE BUSCA

### Características Gerais dos Entrevistados

01 – Idiomas que domina a nível de leitura

- Inglês  
 Espanhol  
 outro(s)  
 somente português

02 - Curso que está fazendo no momento:

- graduação  
 especialização  
 mestrado  
 doutorado  
 outro: \_\_\_\_\_

### Características Gerais em Busca por Informações

Levando em consideração a última busca por informações jurídicas realizada por você, responda as questões a seguir.

01 – Qual foi a finalidade de sua busca por informações:

- trabalho acadêmico  
 aprofundamento de conhecimentos  
 desenvolvimento de uma atividade na área jurídica  
 busca solicitada por outros  
 outros: \_\_\_\_\_

02 – Quanto a seus hábitos de busca de informações:

- costuma fazer a busca pessoalmente  
 recorre a um bibliotecário  
 outros: \_\_\_\_\_

03 – Você sente alguma dificuldade ao utilizar determinada fonte de informação

- sim  
 não

caso positivo, qual fonte? \_\_\_\_\_

qual dificuldade? \_\_\_\_\_

04 – Você tem idéia de como poderia ser resolvida esta dificuldade?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

05 – Existe, no currículo de seu curso, uma disciplina introdutória sobre o processo de recuperação de informações pertinentes?

- sim, indique como esta disciplina auxilia você:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

- não, indique se você acha importante ou não a adoção desta disciplina e por que?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

06 – Você costuma utilizar a biblioteca da Faculdade para dar suporte as suas necessidades por informações:

- ( ) Sim, com que freqüência? \_\_\_\_\_  
( ) Não, Porque? \_\_\_\_\_

07 – Que serviços oferecidos pela biblioteca você considera mais importantes para satisfazer suas necessidades por informações:

- ( ) empréstimo domiciliar  
( ) base on-line: SABI  
( ) normalização de trabalhos  
( ) serviço de referência  
( ) outros: \_\_\_\_\_

08 – Para você, como deveria ser a biblioteca ideal para atender as necessidades informacionais dos alunos do Curso de Direito \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

09 - Você costuma utilizar a Internet para dar suporte as suas necessidades por informações:

- ( ) Sim, com que freqüência? \_\_\_\_\_  
( ) Não, Porque? \_\_\_\_\_

10 - Que serviços oferecidos pela Internet você considera mais importantes para satisfazer suas necessidades por informações:

- ( ) ferramentas de busca (yahoo, google, cadê)  
( ) sites especializados  
( ) correio eletrônico (e-mail)  
( ) outros: \_\_\_\_\_

11 - Em termos gerais, qual o seu grau de satisfação quanto as fontes consultadas para atender suas necessidades informacionais na área jurídica

GRAU DE SATISFAÇÃO	FONTES IMPRESSAS	FONTES ON-LINE
totalmente satisfeito		
parcialmente satisfeito		
indiferente		
parcialmente insatisfeito		
totalmente insatisfeito		

12 – caro entrevistado, este espaço é destinado a comentários e sugestões que você julgue importante sobre o assunto em pauta.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**BLOCO 2 – FREQUÊNCIA DE USO, RELEVÂNCIA E CONFIABILIDADE DAS FONTES**

Levando em consideração as buscas por informações realizadas por você no último mês, enumere de 1 a 4, conforme escala proposta abaixo, as características das fontes utilizadas . Se não utilizou, não responda nada.

FONTES DE INFORMAÇÃO	FREQUÊNCIA	RELEVÂNCIA	CONFIANÇA
01 livros (impressos)			
02 livros (eletrônica)			
03 periódicos (impressos)			
04 periódicos (eletrônica)			
05 jurisprudência (impressa)			
06 jurisprudência (eletrônica)			
07 legislação (impressa)			
08 legislação (eletrônica)			
09 jornais oficiais (impressos)			
10 jornais oficiais (eletrônicos)			
11 eventos			
12 <i>e-mail</i>			
13 fontes pessoais			
14 lista de discussão			
15 bases de dados ( <i>on-line</i> )			
16 CD-ROM			
17 trabalhos acadêmicos			
18 outros:			

**ESCALA DE FREQUÊNCIA DE USO**

- 1 – Pelo menos uma vez ao dia
- 2 – Pelo menos uma vez por semana
- 3 – Pelo menos uma vez por mês
- 4 – Algumas vezes ao ano

**ESCALA DE RELEVÂNCIA (se a informação é necessária e útil)**

- 1 – importantíssimo
- 2 – muita importância
- 3 – pouca importância
- 4 – desnecessária

**ESCALA DE CONFIANÇA (se as informações provêm de fonte segura e podem ser utilizadas com base para a tomada de decisões)**

- 1 – extremamente confiáveis
- 2 – quase sempre confiáveis
- 3 - pouco confiáveis
- 4 – nada confiáveis

### BLOCO 3 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

A seguir são apresentados alguns possíveis critérios para a seleção de informações. Utilize a escala proposta para expressar o seu modo de agir em relação a cada aspecto, assinalando um X no retângulo apropriado. Assinale apenas um retângulo para cada preposição de fontes documentais e também, apenas um, para fontes on-line. Se não utiliza a fonte, não responda nada.

CRITÉRIOS		BIBLIOTECA				INTERNET			
		Sempre	Geral.te	Rara.te	Nunca	Sempre	Geral.te	Rara.te	Nunca
01	<b>Autoridade:</b> confere se o autor está claramente identificado e se tem qualificações para tratar o assunto;								
02	<b>Precisão:</b> verifica se a informação é exata, rigorosa, correta;								
03	<b>Atualização:</b> examina se o documento é atualizado para a questão proposta;								
04	<b>Idioma:</b> confere se o idioma é acessível ao usuário;								
05	<b>Relevância:</b> verifica se o conteúdo do documento é útil a pesquisa;								
06	<b>Cobertura:</b> examina a profundidade da informação (genérica ou específica);								
07	<b>Metainformação:</b> confere se existem gráficos, tabelas, sumário, glossário e outros que facilitam a compreensão do trabalho;								
08	<b>Custo:</b> verifica o custo/benefício antes de adquirir o documento;								
09	<b>Imparcialidade:</b> examina se todos os aspectos do assunto foram tratados ou apenas alguns deles;								
10	<b>Conveniência:</b> Verifica a facilidade de uso do documento;								
11	<b>Navegação:</b> examina se existe facilidade para desprezar e localizar informações no documento;								
12	<b>Hiperlinks:</b> se o sítio remete a outros que completam a informação;								
13	Utiliza fontes recomendadas por professores e/ou colegas;								
14	Utiliza fontes recomendadas por outros autores (citações e referências);								
15	Outros: _____								